

**PROGRAMA PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL E FOMENTO DE ATIVIDADES
NÃO-PREDATÓRIAS EM TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____ / _____ / _____
cod. TND00036

**BLOCO 3: ÁREAS TERENA DE MIRANDA - TERRA INDÍGENA
DE CACHOEIRINHA**

Relatório das atividades desenvolvidas durante o Seminário referente ao
Bloco 3 do programa: Áreas Terena de Miranda - Terra Indígena de
Cachoeirinha 22 a 25 de março de 1999 - Miranda - MS

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



APOIO FUNDAÇÃO FLORESTAS TROPICAIS (NORUEGA)

Coordenação - Centro de Trabalho Indigenista:

Gilberto Azanha
Maurice Nilsson
Rogério Rezende

Moderação

Jos Schoenmaker e Fernanda Basso Alves (Núcleo Maturi)

Participantes**Centro de Trabalho Indigenista - CTI:**

Gilberto Azanha
Maria Elisa Ladeira
Maria Bernadette Franceschini
Jaime Siqueira
Rogério Rezende
Adriana Perez Felipim
Luis Cláudio Bona
Maurice Nilsson

The Norwegian Rainforest Foundation (NRF)

Siri Naerland

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre):

Francisco Melo Ibã
Mikel Mendizabal

Instituto de Promoção Humana e Ambiental (APHA)

Paulo Sérgio Parente

Instituto Socioambiental (ISA)

Geraldo Mosimann

Secretaria Estadual de Meio Ambiente - MS

Yuri Matsunaka

Sanesul / sub-secretaria de Assuntos Indígenas do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores MS

Suely Jorge

EMPAER

Davi Lourenço

Fundação Nacional do Índio (Funai) - ADR. Campo Grande

Osmar Coelho
Lude Simioli Jr.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda / DTR - CUT MS

Reinaldo Martinez
Marli

Representantes Terena

Sabino Albuquerque - Cacique Geral de Cachoeirinha

Alberto Albuquerque - diretor-presidente da Aiteca

Fernando Antonio - cacique da aldeia Argola

Justiniano Leme - cacique da aldeia Babaçu

Isidorio Pinto - cacique da aldeia Morrinho

Alipio Vieira - cacique da aldeia Lagoinha

Bernardino Piúna - cacique da aldeia Moreira

Celso Cabrocha - cacique de Lalima

Ademar de Souza Pinto - membro do Conselho de Lalima

Atanásio Alves - membro do Conselho de Lalima

Arnaldo José - Vice-presidente da Aiteca

Helio Albuquerque - Aiteca

Cecílio Lipú - Aiteca

Ramão José - Aiteca

Galdêncio Henrique - Aiteca

Mário Albuquerque - Aiteca

Elço Albuquerque - Aiteca

Valdecir Antonio - aldeia Cachoeirinha

Nenivaldo Silvério - aldeia Cachoeirinha

Inacio Faustino - Pequeno Grupo Lavrador de Argola

Santo Vitor - aldeia Cachoeirinha

Bento Silvério - Aiteca

Programa

Segunda-feira - 22/03	
19:00h	Abertura/apresentação: objetivos, programa, participantes, orientação para visita à área e formação dos grupos.
Terça-feira - 23/03	
7:00h	Visita à Terra Indígena de Cachoeirinha, (levantamento e diagnóstico de áreas de roça)
12:30h	Almoço
15:00h	Dinâmica Trabalho grupos Conclusões: realidade atual, alternativas, condições.
16:45h	Pausa
17:15h	Plenária
19:15h	Encerramento do dia
20:30h	Reunião da coordenação (sistematização)
Quarta - feira - 24/03	
8:30h	Apresentação dos temas e formação de grupos de discussão.
10:00h	Pausa
12:30h	Almoço
14:30h	Dinâmica Conclusão das discussões em grupos
16:45h	Pausa
17:00h	Plenária
18:30h	Mesa redonda: A questão da Terra
20:30h	Encerramento do dia
21:30h	Sistematização
Quinta - feira - 25/03	
8:30h	Conclusões, plano de ação e compromissos das partes envolvidas, moção de apoio e avaliação dos trabalhos
12:00h	Encerramento do seminário

Seminário Ambiental Terena

Os trabalhos do Seminário foram abertos na noite de 22 de março de 1999, no salão paroquial da igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Miranda. O ato de abertura esteve dividido, basicamente, em dois momentos distintos. Na primeiro segmento Gilberto Azanha, coordenador do bloco 3 do Programa, deu as boas vindas aos presentes, traçando, em seguida, um breve histórico da atuação do CTI junto aos Terena de Miranda, assim como do Programa para o Monitoramento Ambiental e Fomento de Atividades não-predatórias em Terras Indígenas do Brasil. Em seguida apresentou os objetivos gerais do Seminário, enquanto Jos Schoenmaker e Fernanda Alves descreveram a metodologia e os objetivos da moderação do evento.

Objetivo Geral do Seminário

- Contribuir para a busca de alternativas para a melhoria da sustentação econômica das comunidades Terena de Miranda por meio do desenvolvimento da agrossilvicultura;
- Formulação de propostas concretas de alternativas de sustentação econômica por meio da agrossilvicultura, viáveis no contexto sócio-econômico-ambiental das comunidades Terena da Miranda;
- Identificação, comprometimento e cooperação das lideranças Terena com a busca e a implementação destas alternativas;
- Elaborar plano de ação, explicitando a contribuição das instituições participantes na viabilidade destas alternativas.

Objetivos da Moderação:

- Visualização
- Documentação
- Processo participativo
- "Amarrar" ações concretas

Após a apresentação dos participantes, durante a qual as lideranças Terena deram suas boas vindas aos presentes, a primeira parte da abertura foi encerrada ao som e música tradicional Terena.

A segunda parte dos trabalhos da noite foi dedicada à definição dos horários das atividades do Seminário e à preparação da visita às áreas de roças de Cachoeirinha.

Início das Atividades - 23 de março

Visita às áreas de roça de Cachoeirinha

Procedimento: divisão dos participantes em três grupos, cada um deles visitando uma área distinta de roças em Cachoeirinha.

Cada uma das três áreas de roça escolhidas para a visita dos grupos - Quarenta, Agrosul e Chacrinha - apresenta características próprias cuja observação é fundamental para se entender as formas de intervenção postas em prática nas lavouras de Cachoeirinha, ao mesmo tempo em que mantêm elementos comuns, que sintetizam as práticas agrícolas utilizadas pelos Terena daquela Terra Indígena. A composição dos grupos foi a mais heterogênea possível, possibilitando que em cada um deles houvesse a presença de agrônomos e técnicos com experiências diversas, pessoal do CTI familiarizado com a realidade Terena e dos próprios Terena, que guiavam os visitantes por suas roças chamando sua atenção para os detalhes mais relevantes.

Roteiro para trabalho nos grupos:

- 1 - Levantar os principais fatos observados.
- 2- Identificar e caracterizar tendências/fatores.
- 3- Identificar alternativas e soluções.
- 4- Identificar condições necessárias para realização.

Procedimento do trabalho após a visita às roças:

A visita às roças tomou todo o período da manhã do dia 23 de março, enquanto a parte da tarde foi dedicada ao trabalho dos grupos, que discutiram as observações feitas pela manhã e sistematizaram conclusões para cada um dos itens do roteiro, que foram registradas em folhas de flip chart e apresentadas aos demais participantes.

Conclusões:

Grupo 1: Quarenta

(Alberto Albuquerque, Hélio Albuquerque, Mário Albuquerque, Elço Albuquerque, Cecílio Lipú, Luis Claudio Bona, Rogério Rezende, Fernanda Alves, Sueli Jorge, Marli).

Principais fatos observados

- Pouca terra por família;
- Terras enfraquecidas e cheias de ervas invasoras;
- Dificuldades de sobrevivência;

- Falta de condições para preparo antecipado do solo e manejo do mato ou adubos verdes;
- Plantios fora de época (atrasados);
- Falta de sementes, tradicionais e/ou adaptadas;
- Falta de apoio técnico e financiamento para trabalho com tecnologias alternativas;
- Falta de suporte financeiro para custeio das safras, para manutenção de máquinas e equipamentos;
- Grande preocupação em preservar a mata;
- Perda da cultura alimentar e baixa diversidade das roças;
- Comércio de ervas, raízes, e outros bens extraídos da mata;
- Falta de planejamento para trabalhos conjuntos e para uso da terra;
- Falta de condições para implantar sistema de comercialização coletiva.

Tendências

- Desaldeamento;
- Aumento da procura de trabalho externo;
- Terras produzirem cada vez menos;
- Aumento da demanda de produtos indígenas e sem agrotóxicos.

Fatores Limitantes:

- Pouca terra para plantio;
- Recursos financeiros;
- Recursos técnicos (alternativas).

Alternativas / Soluções (*) e Condições necessárias (-):

- * Assistência técnica com qualidade e total entrosamento com a comunidade.
- projeto e agente financeiro.

- * Diferenciar os produtos indígenas no(s) mercados.
- certificação.
- estratégia comercial.

* Ampliação das terras indígenas.

- apoio político (desde a comunidade até Governo Federal).
- demarcação e homologação.

* Estudo de alternativas de produção e/ou extrativismo.

- recursos financeiros e projetos.

* Plano de ação conjunta entre lideranças e diretoria das associações.

- entrosamento.

Grupo 2: Agrosul

(Maurice Nilsson, Geraldo Mosimann, Mikel Mendizabal, Francisco Ibã, Yuri, Jaime, Valdecir, Nenivaldo...).

Fatos observados:

- Pouca terra disponível;
- Terra fraca;
- Problemas e vantagens do calopogônio;
- Infra-estrutura instalada;
- Muitas ervas invasoras;
- Trabalho masculino (pais e filhos);
- Abertura indiscriminada de terras, depois loteadas;
- Uso predatório da mecanização agrícola;
- Dependência de ajuda e insumos externos (ex.: combustível, sementes, adubos...);
- Mudanças climáticas recentes;
- Pressão de uso sobre a mata (lavoura, gado, madeira, medicinais...);
- Divisa de lotes com frutíferas e perenes;
- Quintais domésticos;
- Glebas cercadas;
- Terra indígena ocupada por fazendeiros;
- Perda de sementes nativas;
- Ambientes naturais diferenciado com diversidade de espécies;

- Nascentes fora da T. I. e desmatadas;

- Complexidade social e política da organização Terena;
- Dificuldade de organização do trabalho comunitário;
- Falta de assistência técnica;
- Falta de perspectivas dos jovens.

Alternativas e condições necessárias

1. Melhorar a atual estratégia de comercialização - beneficiamento da produção da venda;
2. Identificar produtos potenciais;
3. Trabalho forte para recuperar terras (fosfato de rocha/ A .V. / banco de sementes/ aproveitamento de esterco e mat. verde/ consórcio com árvores/ tração animal para limpar ervas);
4. Plantio de árvores para: enriquecer divisas de lotes, enriquecer capoeiras, proteger nascentes, separar animais;
5. Criar áreas experimentais e de treinamento (promover a divisão do conhecimento dos mais velhos);
6. Realizar parcerias com instituições e alianças com vizinhos para proteção do entorno.

Grupo 3: Chacrinha

(Arnaldo José, Ramão José, Galdêncio Henrique, Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira, Bernadette Franceschini, Siri Naerland, Adriana Felipim, Paulo Parente...).

Problemas:

1. Limitação das áreas de roça – resultante da limitação da reserva e superpopulação + proibição de derrubada (novas árvores);
2. História do uso das áreas em função da limitação – destaca // dependência do trator (e do óleo/ e do pagamento do tratorista);
3. Dependência dos recursos externos (trator e óleo) causando dependência política (FUNAI / Prefeito / políticos) externa;
4. Essa dependência é acentuada pelo baixo retorno financeiro das roças – fechando círculo vicioso.

Condições necessárias:

1. União em torno de lideranças que lutam pela ampliação da reserva;
2. Articulação entre autoridades de associações / setores de Cachoeirinha com o Cacique / conselho;
3. Aliança com agentes externos para o apoio à luta pela terra (Ongs, Governo do Estado, políticos, etc...);
4. Identificação de recursos (financeiros e humanos) para implantar as experiências com novos produtos.

Soluções:

1. Ampliação da reserva;
2. Logo, ampliação das áreas de roça (e maior disponibilidade para criação de pequenos animais);
3. Até conseguir ampliar a reserva, o que fazer?
 Novos produtos em cultura permanente que permita consorciamento com as culturas anuais.
 Formação / capacitação de quadros locais para assumirem estas experiências.

A produção e geração de renda no interior da Terra Indígena e a questão do território.

As conclusões obtidas a partir da visita à Terra Indígena de Cachoeirinha e da discussão nos grupos apontavam os dois problemas fundamentais do povo Terena: a exigüidade do território e a necessidade de alternativas para a geração de renda. Buscando traçar ações concretas para a solução desses problemas, o dia 24 foi dedicado a novos grupos de discussão, que trabalharam o tema da produção na terra Indígena e a uma mês redonda sobre a questão da terra, da qual participaram representantes do CTI, das lideranças Terena e dos órgãos governamentais presentes no Seminário.

Grupos de discussão:

- 1- Alberto, Florêncio, Sabino, Zacarias, Armando, Adolfo, Oscar, Gilberto, Yuri, Paulo, Adriana, Francisco Ibã, Nenivaldo.
- 2- Gaudêncio, Ramão, Arnaldo Culi, Elço, Reinaldo, Bona, Maurice, Isidoro, Mário, Lude, Detão, Fernando (cap. Argola).
- 3- Bento, Hélio, Cecílio, Otacílio, Rogério, Maria Elisa, Siri, Jaime, Sueli, Cap. Bernardino (Moreira), Mikel, Davi, Valdecir, Geraldo, Cap. Passarinho.

Tema para discussão em grupo: “A questão da produção e geração de renda”

- 1- Desenvolvimento da agrossilvicultura - alternativas.

2 - União das lideranças.

3 - Participação da juventude.

4 - Fontes de recursos

- a) financeiros
- b) técnicos
- c) formação / capacitação

Procedimento : Discussão em grupo e apresentação das conclusões, escritas em fichas de diferentes cores referentes a cada um dos pontos discutidos - cada proposta um papel, 1 frase, 1 idéia :

- amarelo: Desenvolvimento da Agrossilvicultura

- azul: união com a liderança

- verde: participação da juventude

- rosa: recursos

As conclusões de cada um dos três grupos foram apresentadas em uma pequena plenária e, posteriormente, numa plenária final, onde foram discutidas e agrupadas nos quatro itens acima, como indicativos para ações futuras. A transcrição de trechos das apresentações dos grupos encontram-se no anexo

Conclusões dos grupos de discussão

Desenvolvimento da agrossilvicultura:

- 1- Implantação de uma área demonstrativa (aproximadamente 0,5 h) para funcionar como Banco de sementes, viveiro e para a formação de capacitação técnica de jovens, através de um projeto específico.
 - 1.a - Iniciar simultaneamente a implantação de SAFs em áreas de roça de produtores interessados.
- 2 - Assistência técnica permanente, em agroecologia, compatível com o modo de produção tradicional dos Terena.
- 3 - Melhorar práticas de armazenamento:
 - controles de umidade, ataque de insetos, roedores, etc...
 - recuperar práticas tradicionais.
- 4 - Estabelecer ações para o reflorestamento das nascentes localizadas no entorno da área.
- 5 - Processamento da produção usando conservação e agressão de valor.
- 6 - Planejamento do plantio do ano que vem.

7- Aprofundar estudos sobre a comercialização da produção das lavouras.

7.a - Comercialização: - com produção certificada; - com diferenciação dos produtos indígenas no mercado.

7.b - Viabilizar visitas a cooperativas e associações com experiências bem sucedidas na área de comercialização.

8 - Tração animal.

União com as lideranças:

1. - Criação de um Fórum das lideranças de Cachoeirinha usando o espaço da escola para reuniões.

1.a - Participam do Fórum:

Cacique geral;

Capitães de setor (04);

Presidente da AITECA;

Presidente da Associação Mãos Unidas;

Presidente da Associação dos Produtores Rurais Indígenas do Argola;

Presidente da APROTEN;

Presidente da ACIC (Associação da Comunidade Indígena de Cachoeirinha).

2 - Definição de alianças políticas comprometidas com os interesses da comunidade
Questão da terra;

3 - Estabelecimento de regras que possibilitem o trabalho conjunto entre lideranças (cacique e conselho) e associações.

Participação juventude:

1- Capacitação através da experimentação prática, dentro da assistência.

2 - Desenvolver programa de capacitação dos jovens e outros membros da comunidade, a partir do trabalho de assistência técnica.

Recursos:

1 - Recursos técnicos - EMPAER, técnicos Terena;

Recursos financeiros - SEMA (viveiros) e FNMA.

2 - Busca de recursos para viabilizar diminuição gradativa da dependência externa para produção; (mudança de sistema de produção).

3 - Busca de recursos para:

- custeio da produção
- assistência técnica
- capacitação

4 - Possibilidade de apoio com recursos técnicos e financeiros por parte do Governo do Estado ("Projeto Safrinha", convênios, seminário...). Programa de sementes.

MESA REDONDA: A Questão da Terra

Mesa: Sabino Albuquerque (Cacique Geral de Cachoeirinha), Celso Cabrocha (Cacique de Lalima), Gilberto Azanha (CTI), Yuri Matsunaka, (SEMA), Osmar Coelho (Funai ADR/C.Grde), Lude Simioli Jr (Funai C. Grde).

Mediador: Jos Schoenmaker

Objetivo: chegar a um acordo sobre uma estratégia de ação comum para a ampliação das terras indígenas.

- justificativas;
- histórico (o que foi feito e a situação atual);
- o que é necessário;
- propostas concretas;
- acordos.

Conclusões da Mesa Redonda

- Promover a união e a mobilização da comunidade;
- Envolver líderes das associações, caciques de setores, líderes de igrejas;
- busca de apoio fora das comunidades;
- Elaboração de uma moção de apoio pelos participantes do seminário;
- Envolver Governo do Estado e deputados na ida das lideranças das aldeias para Brasília;
- Aproveitar o Seminário Estadual sobre questão indígena para organizar a mobilização;

- Solicitar o apoio de Laerte Tetilla - Líder do Governo na Assembléia;

- Buscar apoio de Ongs, centros de direitos humanos e do Fórum Terra, Trabalho e Cidadania;

- Criar fatos políticos, como, por ex., com relação à ida das lideranças a Brasília.

Meta 1 : a instituição de grupo de trabalho para a ampliação da terra Terena;

Meta 2 : Criação de um Fórum de luta pela ampliação das terras Terena, articulando aldeias e contando com o apoio de Ongs (nacionais, estaduais e internacionais) e aliados dentro do Governo / FUNAI. Acompanhamento permanente das ações.

Na manhã do dia 25 de março os representantes das lideranças e associações Terena, do CTI e dos órgãos governamentais presentes firmaram seu comprometimento com as ações definidas durante o Seminário.

ANEXO 1

PROPOSTAS E AÇÕES DEFINIDAS DURANTE O SEMINÁRIO

PROPOSTA	AÇÕES	PRIMEIROS PASSOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO	RECURSOS/FONTE
1 - desenvolvimento da agrossilvicultura para melhorar a produção e aumentar a renda dos produtores interessados	1.1 - Implantar área demonstrativa (0,5 ha.) somada à introdução de sistemas agroflorestais em parcelas de produtores interessados; 1.2 - melhorar práticas de armazenamento; 1.3 - assistência técnica permanente; 1.4 - planejamento do plantio; 1.5 - estudos sobre a comercialização; 1.6 - processamento da produção 1.7 - tração animal/mecanização	-Elaborar um projeto; - Convocar lideranças; - Instituir o Fórum Permanente de Cachoeirinha e definir o perfil do projeto.	Capitão Sabino (convocação das lideranças/criação do Fórum Permanente); CTI e Fórum Permanente de Cachoeirinha	26/03/1999 - convocação das lideranças// Fórum 30/05/1999 - definição do projeto.	Técnicos do CTI participação das comunidades Terena, SEMA, EMPAER, Funai, Terrasul, Governo do Estado
2 - recuperação e preservação das nascentes	2.1 - Reflorestar as nascentes	-reunir as lideranças; -procurar os órgãos responsáveis: SEMA (polícia florestal), IBAMA... -levantar/instituir o processo; -contatar os vizinhos responsáveis pelo desmatamento.	SEMA (Yuri) e Fórum Permanente de Cachoeirinha	30/05/1999	
3 - Participação dos Jovens (contemplada no item 1)					
4 - A Questão da Terra	Articular os caciques das aldeias	Reunião dos caciques nos dias 11 e 12/04 em Aquidauana (reunião do Projeto Pantanal) para definir: -como levar proposta de ampliação de área no Seminário Governamental de 16 a 18/04; -agendar, durante o Seminário, reunião dos caciques com o presidente da Funai em Brasília; - criação do Fórum pela Terra (Marçar data, local e condições para a reunião)	Capitão Sabino, Capitão Celso Cabrocha (reunião dos caciques em Aquidauana), CTI, Yuri, Depto. Rural da CUT e Suely.		

ANEXO 2

MOÇÃO DE APOIO PARA AMPLIAÇÃO DAS TERRAS TERENA

NÓS, participantes do “*Seminário Ambiental Terena*”, realizado na cidade de Miranda no período de 22 a 25 de março de 1999, reunindo representantes de várias organizações governamentais e não-governamentais, associações indígenas e autoridades indígenas representativas de suas comunidades, vimos manifestar nossa total solidariedade à luta do Povo Terena das áreas indígenas de Cachoeirinha, Pílad Rebuá e Lalima, para a ampliação de suas áreas, insuficientes para garantir a sobrevivência física-cultural deste povo, e conclamamos das autoridades governamentais competentes o atendimento urgente desta reivindicação, honrando assim o preceito constitucional no seu artigo 231.

Miranda, 25 de março de 1999.

ANEXO 3

Apresentação das conclusões dos grupos de discussão do tema “A Questão da Produção e da Geração de Renda na Terra Indígena”, transcrita a partir de fitas cassetes gravadas durante o evento.

Pequena Plenária dos Grupos de Discussão

GRUPO 1

Gilberto Azanha: Nosso grupo partiu do seguinte pressuposto: antes de discutir projetos que levem em conta a questão da produção e da geração de renda a gente colocou a questão de como se encaminha esses projetos. Então a gente começou um pouco discutindo o ponto 2, que é aquilo que chamaram de “união das lideranças” - quem leva e como leva esses projetos. Então a gente já começou discutindo fazendo um balanço do estado das articulações internas de Cachoeirinha em relação às associações indígenas, à organização indígena interna e tentando fazer um balanço pra isso. Eu vou resumir um pouco a discussão... A discussão começou dizendo que na verdade tem uma certa concorrência entre as entidades hoje presentes em Cachoeirinha, mas isso também não é só, digamos assim, o resultado de uma divisão interna: é também - e sobretudo - o resultado de influências externas. Existem órgãos de governo, entidades e igrejas que fomentam organizações internas para poder através delas disponibilizar bens e serviços pra comunidade. Isso foi uma constatação que a gente fez e isso tem como resultado certos problemas internos pra encaminhamento de projetos. Se a gente pretende - e lá eu estava falando em nome do CTI, a Yuri estava mais ou menos falando em termos da proposta que ela considera legítima e ela vai batalhar dentro do governo do Zeca do PT, o atual governo do Mato Grosso do Sul, e tinha o Osmar também falando um pouco em nome da Funai - e o consenso que a gente chegou é: olha, não dá nem pra governo do estado, nem pra CTI e nem pra Funai, conduzir alguma coisa se não tiver pelo menos o consenso mínimo em relação a quem encaminha, de que modo encaminha, essas propostas. O que a gente não quer é usar, tanto

das lideranças estabelecidas de uma maneira tradicional - a capitania, seu conselho etc. - como das organizações que foram formadas, pra estabelecer políticas próprias lá dentro. Isso a gente discutiu, com exemplos bem claros com relação aos recursos, hoje, do Terrasul e a discussão foi por aí... e a gente chegou numa proposta para tentar minimizar esse problema que todo mundo identificou, em tentar se criar um espaço de discussão político, onde as várias entidades hoje representadas - e veja bem: hoje na Cachoeirinha você tem seis associações registradas ou em vias de ser registradas, além disso você tem os capitães de setor, que são cinco, você tem o capitão geral e você tem o conselho indígena de Cachoeirinha, que é, digamos assim, um órgão de sustentação e de consultoria do capitão geral. Você tem um conjunto de organizações que a partir de uma época começaram a concorrer entre si. O fato delas emergirem já é um sintoma de que alguém não está atendendo a alguém no espaço que era pra ser atendido, então se fomenta isso, obviamente com ajuda externa. A gente historiou também um pouco o porquê que isso tem acontecido, e tem acontecido nos últimos tempos e a gente chegou à conclusão de que na verdade isso foi um certo fracasso da Funai em atender reivindicações, que possibilitou que essas associações fossem surgindo e isso foi aproveitado também pelo governo do Estado e outros governos pra dar uma base de legalidade pra seus bens e serviços... quer dizer: às vezes o governo do Estado fala assim "ah, eu não posso repassar pra Funai porque a Funai não faz direito as coisas, eu preciso passar isso direto pra comunidade... mas pra eu fazer isso vocês têm que estar legalizados, por uma questão burocrática". Isso também facultou o aparecimento dessas associações.

Tanto o CTI, quanto Funai, quanto Governo do Estado acham que pra que a gente leve uma discussão séria, conseqüente, em relação ao nosso tema, que é a questão da produção e geração de renda, ou essas associações junto com a chefia tradicional tenham um espaço de discussão onde isso seja realmente discutido seriamente, tendo em vista você saber exatamente o que está se passando, cria um consenso em cima desses projetos, pra não haver, sobretudo, sobreposição de funções, de recursos e etc. E que isso depois (d)essa discussão seja só uma questão realmente de encaminhamento... quer dizer: "você tem competência pra isso, porque você tem esse recurso, então você faz isso... mas a gente está sabendo o que vocês estão fazendo... a outra associação tem esse recurso, tá querendo fazer isso, tudo bem"... então você pode juntar esforços pra isso. O que eu estou querendo dizer é que a gente chegou a um consenso de que está havendo mais concorrência que cooperação entre essas associações. E essa concorrência tem às vezes objetivos político-partidários até. Tanto o CTI, quanto o governo do Estado e a Funai estão pretendendo que isso não se faça mais dessa maneira. Que essas competências feitas pra unir esforços em benefício dos associados e da comunidade como um todo. Então a gente chegou à conclusão que é necessário criar esse espaço de entendimento: um espaço político onde isso seja discutido, onde todos sentem e discutam os seus projetos e vê como é que estão encaminhando esses projetos e que esse espaço político seja traduzido em um espaço físico neutro, que não seja nem na sede de uma associação, nem debaixo da sede do posto, onde está o símbolo do poder tradicional, digamos assim, que seja ou no pasto, ou na quadra... onde isso puder ser acertado. A gente chegou aí...

talvez o Osmar ou outra pessoa do grupo... Yuri, Mané, Sabino... se isso que eu falei reflete direitinho as discussões...

GRUPO 2

Maurice Nilsson: A pesar de não estar diretamente no tema, a gente acabou começando lembrando um pouco pra contar a história mesmo da questão do problema da terra, contando que o Terena, apesar de ter aquela terra demarcada, usava com seu território, realmente, até a Baía Branca, andava até lá pra fazer a pesca e que isso mudou muito com os desmatamentos e com a implantação das fazendas. De forma que ele perdeu o acesso - porque o fazendeiro passou a receber a tiro, que dizer, não pode mais ir lá, né - e também com o desmatamento, que segundo foi falado, ele trouxe pra área todo animal que fugiu da área desmatada fora... fugiu e se concentrou dentro da área indígena. Então tem muito cateto e ao mesmo tempo tem aquele papagaio, aquele periquito verde, que come a plantação, já que as outras áreas não têm mais aquele refúgio de mata. A partir desse problema a gente começou a discutir mesmo como é que está a agricultura, a produção e a gente centrou muito a discussão na assistência técnica, na questão da assistência técnica... a carência da assistência técnica, de um técnico que esteja lá permanentemente, que esteja muito presente na área. Esse técnico tem que obedecer também a maneira de o Terena ser, da agricultura Terena. Então não pode ser no sistema convencional. O Terena já não quer adubo, não quer veneno em suas terras. Então se deixar entrar qualquer um, ele vai trazer uma agricultura que não respeita a forma do Terena plantar. Então, manter a tradição é importante, a assistência técnica tem que pensar na tradição Terena, tem que respeitar isso. Ele tem que resolver problemas como a dependência externa, a manutenção das sementes... o técnico tem que pensar como guardar a semente, sem usar veneno, mas guardar pra não depender todo ano da semente do ano seguinte. E organizar essa produção... de ter recursos pra fazer a produção do ano seguinte. A assistência técnica não vai ser só assistência, já que ela vai pensar como é que vai ser a produção daqui pra frente. Então ela vai ter que pensar na experimentação, nos novos produtos. Então não vai ficar só restrita a dar assistência à roça que está feita, mas também aos novos produtos que têm que ser criados, que têm que ser pensados pra também dar outras alternativas. Vai envolver a capacitação dos jovens, uma capacitação feita com experimentação, como um trabalho já prático. A gente trabalhou com o exemplo de que é importante os mais velhos, que têm todo esse conhecimento irem lá e ensinarem os jovens, passar esse conhecimento da planta medicinal, do uso da mata. Então nesse momento o jovem já vai estar catando a semente, já vai estar fazendo o viveiro, já vai estar começando a criar um campo de experimentação pra poder trabalhar essa agricultura mais rica ainda, que sai do conhecimento Terena. Então pensar que tem que ter o planejamento pro ano seguinte, pra não depender, pra armazenar semente e depois pensar também na comercialização, quer dizer, criar essa marca Terena, que tenha a vantagem de ser sem agrotóxico, que tenha a vantagem de ser um produto puro. Então criar a certificação, uma forma de garantir esse produto diferente e que pode ter, portanto, um preço melhor. Isso traria vantagem pra agricultura Terena.

Basicamente a gente falou em tópicos, claro que teve um enriquecimento por parte de exemplos e tudo mais, mas a idéia é um pouco essa. E que muito disso depende

exatamente da organização da associação. Foi lembrado que há pouco tempo atrás - não é tanto tempo assim - havia o trabalho de guardar a semente pro ano seguinte, havia o planejamento pro ano seguinte. A associação tinha essa função de todo mundo também dar uma parte pra associação pra fazer uma produção que organizava a produção do conjunto, que aliás é uma das grandes funções da associação. Eu acho que já dá pra parar por aqui... já fui cortado já... Eu pergunto se alguém do grupo quer complementar...

Luís Cláudio Bona: A gente partiu do princípio de que para o tipo de programa voltado à questão técnica de produção que aparece com um dos problemas, nós teríamos que ter uma concordância da forma como isso tem que ser feito. Então por isso nós partimos do princípio de vamos discutir - como ele relatou ali - a assistência técnica, porque ela vai passar por de que tipo é o sistema de produção ou a forma de se produzir que se vai estar levando; como essa forma de se produzir vai ser exercida ou realizada dentro da comunidade, e com a participação das comunidades; que conteúdo ela tem no sentido de que seja uma forma de se reduzir essa dependência externa, foi também diagnosticada ontem pelos grupos e que considere tudo isso dentro de um programa de treinamento. Que ela não venha a ser simplesmente um programa de assistência técnica onde vai ter um profissional atendendo as demandas da comunidade o tempo todo, mas sim uma coisa que seja prevista como um repasse de conhecimentos e um treinamento. Sendo dessa forma, as lideranças que estavam, por exemplo, representadas no nosso grupo, entendiam como sendo uma forma boa, como sendo uma forma que elas poderiam estar reforçando, poderiam estar assumindo. Isso partindo do princípio de que outras vezes já foram realizadas ações pra ajudar a produção, pra ajudar assistência técnica, mas não teve esse compromisso das lideranças, não foi assumida pelas comunidades. Talvez até por erro de planejamento, quem sabe... Então agora, nós usamos essa primeira parte da manhã pra ter esse entendimento. Se for mais ou menos nesses padrões como ele muito bem relatou ali, a comunidade, que estava representada em nosso grupo, endossa e diz que assume. Essa é uma base fundamental para que a gente possa levar adiante as outras coisas. Depois, na parte da tarde, nós vamos estar detalhando que tipo de trabalho de produção, se vai ser com calopogônio ou outra coisa, se vamos introduzir sementes, esses detalhes a gente vai ver na parte da tarde.

Bernadette Franceschini: Só um segundo! Estão falando aí treinamento e eu acho que não é assim... Eu acho que o que a gente discutiu não é exatamente um treinamento: é uma forma que passe um conhecimento que vocês depois assimilarem esse conhecimento e que mais tarde vocês possam fazer sozinhos, que não vai precisar que a vida inteira aquele técnico esteja ali acompanhando. Nós achamos lá que é muito importante isso, que vocês incorporem, que vocês achem que aquele conhecimento é importante...

Maurice: é sim... e também deixar claro - isso é só pra ressaltar o que já foi dito - que esse treinamento parte também de um conhecimento já tradicional, que já está na prática da agricultura do Terena experimentar, trazer novidades que nem os brancos costumam usar. Tem uma riqueza nisso que precisa ser mantida e reforçada.

GRUPO 3

Geraldo Mosimann: Bom, eu vou falar uma parte, depois o nosso amigo Valdecir vai falar outra. Olha, o nosso grupo gastou dois terços do tempo conversando sobre a questão da união entre os próprios Terena. Foi uma discussão bastante rica e acho que tem uma frase que sintetiza isso, que o pessoal falou, que é muito difícil ter união dentro da terra. Essa foi uma frase que o pessoal citou. E que seria preciso achar um ponto de ligação entre as diversas formas de organização - generalizando bastante, a forma de organização tradicional e as associações, porque parece que existe um problema de comunicação entre esses grupos. E que precisaria desenvolver uma forma de diminuir a distância entre esses grupos. Isso teria que, na prática, virar uma forma de evitar que essas decisões sejam tomadas numa base pessoal, que existam certas regras aceitas por todos e que essas regras possam ser utilizadas pra que essa união seja fortalecida. Depois disso, se passou a discutir um pouco mais a questão do desenvolvimento de tecnologias alternativas de agrossilvicultura e algumas outras coisas e a tônica disso foi o papel dos jovens. Foi ressaltado que muito do conhecimento que está sendo discutido aqui foi levantado pelos jovens num trabalho que foi feito dentro da terra, de conhecer os ambientes, de conhecer as plantas, as ervas medicinais, outras plantas, outros recursos, e que esse conhecimento dos jovens, esse levantamento que os jovens fizeram, esse conhecimento que eles disponibilizaram é uma base de recursos que está na cabeça dos mais velhos e que poderia ser usado como uma parte dos recursos para dar continuidade a esse trabalho. Os jovens estão se mostrando dispostos a trabalhar, pegar o trabalho, desde que tenham apoio e fazer um trabalho do começo até o fim. E pra isso, acho que a pessoa mais indicada pra falar sobre isso é um jovem, que é o nosso amigo Valdecir, que vai complementar o que eu falei.

Valdecir Antônio: Eu gostei muito sobre o convite da juventude aqui nesse seminário. Eu vim falar mesmo sobre a juventude. Porque, geralmente, tempos atrás, os nossos antepassados já falaram muito sobre o solo, o solo, o solo... e nós jovens, a gente fica assim... soltos dentro da Cachoeirinha, ninguém lembra, ninguém fala... quando tem algum seminário ninguém lembra dos jovens e nosso jovem acaba se desgastando, acaba sendo explorado nas usinas, e a própria idéia do jovem tem capacidade de fazer alguma coisa dentro da Cachoeirinha e pra levar esse serviço e tocar pra frente. E também não largar dos velhos... não largar dos velhos pra trás e pra fazer algum tipo de algum sobrevivência... pra mudar a sobrevivência Terena. Porque tempos, tempos... muitos tempos atrás os mais velhos mexeram sobre a agricultura, plantando arroz, feijão, assim... e não deu lucrativo. E então a nossa idéia é procurar outro tipo de Terena sobreviver... outro tipo de plantação. É claro que se a gente mexer nisso aí, se a gente vai continuar trabalhando dentro da Cachoeirinha, claro que a gente vai precisar do técnico e esse jovem está disposto pra estudar, fazer uma base assim. E algum dia, daqui pra frente, vai precisar de um operador, operador de computação, vai ter alguma pessoa que vai operar isso aí... Isso em questão de jovem, né? E não largar dos velhos pra continuar preservando o ambiente, porque já está muito destruído... tem muitas ervas medicinais. Por finalizar, essa é a minha palavra. Eu espero, no meio de vocês, que dá apoio a essa palavra que eu coloquei no meio de vocês e procura comunicar com Aiteca... nós estamos dispostos sempre pro que acontecer pra

frente, se chegar algum curso. Além disso, como já acabei de falar, se tivesse alguma necessidade... procurar outro negocio pra sobreviver dentro da Cachoeirinha... se algum de vocês conhece outro assim, nós estamos dispostos a conhecer aquela outra experiência pra tirar e levar pra dentro da Cachoeirinha. É só isso.

Plenária Final dos Grupos

GRUPO 1

Gilberto Azanha: A proposta em relação àquele tema das lideranças, que a gente tirou no grupo - que é um grupo "forte", porque afinal de contas tem o capitão geral, tem o presidente da Aiteca, tem as outras lideranças aí, os capitães de setor - foi a de criar um fórum das lideranças de Cachoeirinha, usando o espaço da escola para as reuniões. E participam deste fórum: o cacique geral, o capitão de cada setor (são cinco setores), o presidente da Aiteca, o presidente da Mãos Unidas, presidente da Associação dos Produtores da Argola, presidente da Associação dos Pequenos Lavouristas (também da Argola), presidente da Aprotem e o presidente da Acic, Associação da Comunidade Indígena da Cachoeirinha. O que esse fórum vai fazer, exatamente, é criar um canal de comunicação entre essas lideranças e esses presidentes de associação pra saber exatamente qual idéia que está se pensando, qual projeto que se tem em mente, que isso seja participado com uma certa sistematicidade - até já tem uma agenda mais ou menos estabelecida de uma reunião logo agora, nesse próximo final de semana, com o resto dos representantes para a estruturação deste fórum de lideranças - e a idéia é que esse fórum discuta exatamente as competências de cada associação e os pontos de cooperação possíveis pra se levar os projetos que cada uma destas instâncias queira levar. Isso eu acho que é um avanço importante pra traçar um canal de articulação entre essas instâncias de lideranças lá da Cachoeirinha, e que é importante pra gente poder conduzir esses projetos que a gente tem em mente aqui. Se essa proposta for levada adiante, como a gente espera que seja levada, a gente tem um canal de comunicação, de discussão, democrático, onde a gente possa com toda a transparência do mundo dizer o que pretende cada uma destas instâncias.

A gente ficou derrapando demais no tema do desenvolvimento da agrossilvicultura porque a gente gastou muito tempo pra costurar um pouco aquela primeira proposta lá, e tem os outros grupos que também têm uns técnicos legais... nosso grupo aqui também tem uns técnicos legais e saiu uma proposta aqui legal: implantação de uma área demonstrativa de mais ou menos meio hectare para funcionar como banco de sementes, viveiro e para a formação e capacitação técnica de jovens, através de um projeto específico. Uma outra idéia que está numa outra fichinha, mas que depois a gente coloca diferente, é que isso não exclui que se inicie ao mesmo tempo, simultaneamente, a implantação de sistemas agroflorestais em área de roças de produtores interessados. A gente discutiu algumas espécies que o pessoal demonstrou interesse em começar a trabalhar com elas, que foi o caju, o café, abacaxi, maracujá, pupunha... mas como a gente colocou lá pra frente que isso vai ser objeto de um projeto específico, esse detalhamento a gente deixou pra fazer mais ou menos aqui nessa plenária ou possivelmente a consolidação disso na parte da manhã de amanhã. Eu queria só dizer que a idéia básica é isso: um campo que

sirva de um campo de formação de um banco de semente... que seja um campo onde algum técnico que for implantar isso utilize esse espaço para a formação de quadros locais de jovens ali.

Em relação a recursos a gente aproveitou a presença da Yuri no grupo pra ver que participação o governo do estado poderia ter nisso e aproveitar a presença do Osmar aqui em relação à Funai. Só deu como horizonte e sentiu que em termos de recursos técnicos a Empaer pode auxiliar nisso, desde que exista uma vontade interna da Empaer em trabalhar nessa linha da agrossilvicultura - e parece que existe uma vontade em se trabalhar nessa linha. Em relação à Funai, o pessoal lembrou que existem técnicos Terena, formados em técnico agrícola, tem gente até formada em agronomia... Tem gente que se formou na Costa Rica, espero que seja alguém que tenha trabalhado com sistema agroflorestal, que lá é o paraíso dos sistemas agroflorestais. Esse rapaz parece que está chegando agora...terminou o curso no ano passado... era uma pessoa que já devia estar aqui, neste seminário...é uma pena que a gente não pôde contar com a colaboração dele. Mas ele está aí, é um recurso técnico, digamos assim, que está aí e a gente poderia fazer um esforço pra ver como é que ele poderia se encaixar.

Em relação a recursos financeiros, a gente viu que existe uma disposição da Sema em efetuar alguns convênios pra instalação de viveiros, implantação de viveiros. E tem também a fonte do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que poderia bancar um projeto específico naquela área de implantação dessa área demonstrativa, acho que sem muito problema. Só isso.

GRUPO 2

Maurice Nilsson: Dentre as coisas que a gente já falou de manhã, a assistência técnica permanente em agro-ecologia, porque ela é compatível com o modo de produção tradicional dos Terena. Então isso tem que ser respeitado: foi lembrado o não-uso de agrotóxicos, entre outras coisas.

Melhorar as práticas de armazenamento: então o controle de umidade, o controle de ataque de insetos, roedores, etc. Existem práticas tradicionais que podem voltar a ser usadas.

O processamento da produção agrícola, de todo o produto Terena, visando a conservação e a agregação de valor: isso já é uma questão relacionada também à comercialização. Isso é um dado muito importante. Por exemplo: em vez de entregar o produto, o feijão, na vagem, já entregar mais acabado, se possível em embalagens menores. A questão da criação da marca está embutida aqui e vai ser discutida também. Uma produção certificada como orgânica, como natural, e com uma diferenciação por ser um produto indígena - criar uma logo marca ou alguma coisa assim - também são idéias que já são discutidas há algum tempo e a gente está aqui só relembrando.

A experimentação com consórcios de cultivos perenes em áreas experimentais... uma proposta bem de acordo com o grupo de vocês... a única citação que a gente faz a mais é o exemplo que está no documento-base, que apresenta antes dos mapas, alguns exemplos de gravuras de como fazer esse tipo de cultivo, que no caso seria plantar árvores, por exemplo, que não tenham raízes muito profundas, corta-se essas árvores pra plantar a roça nas leiras, são leiras de árvores, e aí no meio a roça vai ser plantada. Então você corta a árvore, aproveita a lenha, planta e

quando estiver colhendo, essa cultura é anual, as árvores já vão estar rebrotando, já vai ter um novo ciclo.

Outro item é uma questão que já há muito já acontecia na própria associação, na Aiteca, e eu acho que tem que ser mantida enquanto experiência, enquanto proposta, que é o planejamento do plantio do ano que vem. Isso é uma tarefa da associação, estar sempre tendo a clareza de que é necessário guardar a semente, é necessário estar planejando que a produção desse ano já atenda ao ano que vem.

A capacitação da juventude, a gente propõe que seja feita através da experimentação prática, dentro da própria idéia da assistência técnica. À medida em que tem a assistência técnica, tem uma capacitação que é feita com a experimentação prática, com um trabalho que é em campo. Como a proposta é desenvolver mesmo um programa de capacitação, não só dos jovens como de outros membros da comunidade, que parte desse trabalho de assistência técnica.

A parte de busca de recursos, a gente procurou enfatizar uma questão muito séria: que a busca de recursos ela visa viabilizar a diminuição da dependência, que o Terena não dependa mais do recurso externo. Então parece paradoxal... Mas isso quer dizer que a gente vai procurar recursos para haver uma mudança no sistema de produção, que futuramente vai trazer uma perda de dependência, uma diminuição da dependência.

Aqui está simplesmente citado: a busca de recursos também pra custeio de produção, pra assistência, pra capacitação, não como uma proposta, mas como uma questão necessária. À medida que a gente propõe tudo isso, a gente ainda não tem proposta sobre como buscar esses recursos. Existem possíveis parceiros no estado, nas organizações não-governamentais, ... mas não há uma definição.

Colocamos algumas questões também relacionadas à liderança. Houve uma discussão mais aberta sobre isso e percebemos que pra se discutir uma questão que foi colocada no grupo 1... que as alianças, as disputas políticas internas têm relação com questões externas. Então uma das questões que a gente procurou abrir é assim... se falar isso mais claramente mesmo, se procurar abrir essa questão para que ela possa ser discutida mais aberta e aí sim conseguir uma solução. Isso não é uma proposta, por isso não foi escrita. O que foi escrito foi a proposta de se manter aberto um espaço interno pra discussão entre as lideranças da Terra Indígena, o que de certa forma ficou contemplado ali.

E também relacionado às lideranças, é procurar fazer com que a definição das alianças políticas externas estejam comprometidas com os interesses internos da comunidade, sobretudo com a questão da terra. Acaba-se aqui a nossa parte. Alguém tem algo a ... ah, só colocar também que dentro dessa parte da assistência técnica, está subentendido que existe toda uma questão de manejo de solo, de práticas agrícolas que resolvam esse problema de conservação de solo, entre outras coisas, tá?

GRUPO 3

Geraldo Mosimann: O primeiro ponto, a folhinha azul, em relação à união das lideranças, já está plenamente contemplado, na verdade a gente gastou um tempo bastante grande discutindo isso, e escreveu uma frase curtinha... a gente colocou assim : estabelecimento de regras que possibilitem o trabalho conjunto entre lideranças, conselho e associações...

Fernanda Alves : Isso é a mesma coisa que definição de alianças políticas?

Geraldo: não necessariamente... o grupo quis dizer é uma aliança interna..

O segundo ponto, em relação às estratégias para o desenvolvimento da agrossilvicultura, nós já tínhamos discutido um tanto ontem e hoje de manhã, e apesar de que a gente não dedicou tanto tempo pra isso, tem um pouco mais de volume de material. O primeiro ponto que nós discutimos foi a questão da comercialização... na verdade teve uma abordagem em relação ao prazo de execução de algumas ações e entre as ações de mais curto prazo foi discutida uma situação de se estudar um pouco mais a questão da comercialização da produção das lavouras. Se chegou a detalhar um pouquinho mais, mas o grupo entendeu que não dava pra se esgotar o assunto, então a gente remeteu para que se pudesse ser feito um estudo, que não seja um estudo assim... uma coisa do outro mundo, mas que fosse feito assim... encaminhado no curto prazo. Nesse sentido, tem esse desdobramento nesse outro quadrinho, que seria um dos mecanismos, que seria procurar viabilizar visitas a cooperativas e associações com experiências bem sucedidas na área de comercialização.

Os outros dois itens já estão contemplados ali, que seria: implantação de campos demonstrativos para experiências na área de agrossilvicultura, que já está contemplado plenamente naquele primeiro item... (você pode marcar mais um na perninha...) E o grupo entendeu também que é importante estabelecer ações para o reflorestamento de nascentes localizadas na área do entorno. Ou seja, procurar abrir negociações, ir lá, conversar com o pessoal que desmatou a nascente, fora da área, na fazenda, e tentar ver se é viável estabelecer alguma forma de recuperar essas áreas.

"aplica a lei nele!!!! Aplica a lei nele!!!!!"

Bom, isso até foi analisado, mas... quer dizer... é um contexto um pouco complicado pra você aplicar a lei diretamente, mas essa é uma instância se as outras não funcionarem.

Bom, a questão dos jovens: na prática, o grupo entendeu que isso está muito ligado ao desenvolvimento da agrossilvicultura. Então foi praticamente um lembrete a participação dos jovens na implantação das novas experiências.

Finalmente, a questão dos recursos, nós começamos a discussão bem mais tarde, e o grupo entendeu que seria interessante aproveitar a presença do Davi, que é diretor técnico da Empaer, pra que ele pudesse manifestar a posição do governo do estado... como que o governo do estado está pensando em tratar essa questão nas áreas indígenas. Então, sintetizando, o que nós escrevemos foi assim: "possibilidades de apoio com recursos técnicos e financeiros por parte do governo do estado" e aí ele falou mais especificamente de três ações: uma é o chamado Projeto Safrinha, que seria um apoio emergencial pra safra do feijão através do aporte de sementes, basicamente...

Terena: "Ele vai dar óleo?"

...óleo ele não chegou a falar, mas...

Davi: "óleo também."

... óleo também. Uma segunda questão, quando nós discutimos a possibilidade do governo do estado ceder um técnico, aí vem a questão: bom, os técnicos da estrutura do estado não têm um preparo pra fazer um trabalho específico em áreas indígenas e existem alguns empecilhos jurídicos pra que seja colocado um técnico à disposição. Então a sugestão do grupo foi - e ele vai levar isso pra ser analisado - que se possa fazer isso na forma de um convênio, o que juridicamente é possível, fazer um convênio para que alguma associação possa abrigar esse técnico, repassa o dinheiro pra associação, que contrata o técnico que tenha o perfil mais adequado. Isso ele ficou de analisar. E uma terceira questão que ele colocou é que o estado está programando um grande seminário, com cerca de quatrocentas pessoas, que vai ter representação regional e por etnia, que vai ser nos dias 16, 17 e 18 de abril e que ele disse que teria assento para representantes das comunidades, pra indigenistas, organizações não-governamentais, pessoal do governo etc. e tal... Então eu vou passar o cartão pra Fernanda, mas eu abro a palavra para que o Davi complemente...

Só um parêntese: nós sugerimos que o governo do estado pensasse em apoiar um programa de produção e multiplicação de sementes adaptadas, que fosse por exemplo, na forma de intercâmbio: trazer sementes de outras áreas indígenas e de outros locais que têm sementes adaptadas para que possam ser multiplicadas dentro das áreas e dessa maneira enfrentar o problema da dependência das sementes externas..

Davi: Na verdade, o grande momento que o governo vai ter com relação às ações governamentais no âmbito da questão indígena no Estado, é esse seminário de 16, 17 e 18, porque desde o ano passado, logo depois das eleições, o governo tem sentado para discutir, num espaço o mais democrático possível, como é que o governo vai tratar a questão indígena como ação de governo. Porque o que a gente observa é que historicamente os governos estaduais têm colocado essa questão indígena numa secretaria e coloca exatamente pra ficar aquela coisa pra não funcionar, como um amortecedor da problemática indígena aqui no estado. Então desde novembro a gente vem discutindo isso, de como a gente poderia tratar de maneira séria essa questão a nível de governo de estado, no sentido de ter propostas concretas, vindas da base, vamos dizer assim, vindas das próprias comunidades e das instituições que trabalham com as questões indígenas. Então, durante todo esse período a gente esteve trabalhando e discutindo, diversas idéias já surgiram, até a gente chegar - né Yuri? - até a gente chegar nesse seminário. Então esse seminário é um marco importante pro governo, em que ele consegue dar uma representatividade pra essa discussão ao nível do poder governamental estadual e vai conseguir sair desse seminário com pelo menos um roteiro ou alguma sinalização pra sociedade no sentido de como o governo vai tratar a questão indígena a nível das instâncias do governo. A idéia que se discute bastante é a seguinte: é que essa é uma questão estratégica para um governo popular, como é esse governo que está aí agora, e essa é uma questão estratégica justamente porque faz parte das ditas "minorias", que na verdade são maioria. A questão indígena está inserida dentro de um contexto dos excluídos socialmente e ela tem que ser tratada como uma questão prioritária e por isso ela é uma questão

estratégica dentro do governo, apesar de ser bem específica no seu tratamento. Então eu acho que esse momento é um momento bem importante. Como algumas coisas a gente não pode ficar esperando, essa medida emergencial da safrinha, ela é uma coisa pra tentar minimizar a problemática da fome que cerca principalmente as comunidades Guarani. Os Terena têm uma condição de vida talvez um pouco menos ruim do que os Guarani, mas se pensou numa ação emergencial no sentido de pelo menos fazer uma produção de alimentos aí no caso se optou mais pelo feijão, para que possa se minimizar a questão da fome, da desnutrição que cerca principalmente as comunidades Guarani e é claro que teria que entrar também na área Terena. O governo hoje é um governo que não tem muitos recursos para investir. Eu disse isso no grupo. O governo hoje, cada mês que passa, ele passa pro outro mês com uma dívida de dez milhões. Ou seja: as contas do governo não fecham. Todo mês ele passa devendo dez milhões pro mês subsequente. Isso a gente herdou. Só que se o governo for cruzar os braços, isso quer dizer: "nós estamos devendo dez milhões e enquanto nós não saldarmos isso, nós não realizamos nada..." quer dizer, você fica de braços cruzados e não faz nada. Então algumas coisas emergenciais a gente tem feito e essa questão da produção em áreas indígenas, especificamente com essa safrinha, é uma ação nesse sentido. A Empaer se insere nesse contexto tentando discutir e ver como ela poderia se inserir, especificamente na questão da safrinha... sexta-feira a gente realiza um seminário - a gente chama de seminário mas é uma reunião que a gente vai contar com a colaboração dos companheiros da UCDB - pra discutir um pouco da cultura das etnias que tem aqui dentro do Mato Grosso do Sul. Para que os nossos técnicos, que não foram formados para trabalhar com comunidades indígenas, tenham o mínimo conhecimento da cultura indígena para poder realizar um trabalho satisfatório... satisfatório nessa questão da Safrinha... E aí, a médio, longo prazo, as diretrizes maiores vão sair a partir do momento da realização desse seminário.

Um outro ponto que eu toquei é a respeito do Projeto Pantanal, que é um projeto concebido nos moldes autocráticos dos tempos anteriores, ou seja, é um projeto concebido basicamente em gabinetes. Só que a gente sabe que ele tem recursos e tem uma área de atuação forte nas comunidades indígenas no pantanal. E aqui se insere nessa realidade. A metodologia, a forma como isso vai ser desenvolvido eu acho que ainda está pra se discutir, apesar de que algumas concepções já colocadas no Projeto, do nosso ponto de vista são questionáveis. Agora a gente tem o momento do detalhamento dos projetos, que dá pra gente melhorar e tem o ano que vem também, na hora da aplicação dos recursos do Projeto Pantanal, dá pra você remover alguns recursos de determinada área pra outra área. Isso dá pra se manejar. Então a gente acha também que esse é um projeto importante do ponto de vista de recursos... não é coisa pra esse ano, mas é coisa a médio prazo, porque os recursos mesmo só vêm a partir do ano que vem. Mas já fica aí o convite pro pessoal participar desse seminário, acho que é importante... a gente está tentando ter o máximo de representatividade possível de cada aldeia indígena, de cada comunidade indígena do estado, não-governamentais e governamentais também. Mas independente disso, que o pessoal possa participar desse seminário lá, porque pro governo esse vai ser um momento muito importante.

O Pronaf... a Empaer tem duas experiências com o Pronaf, que já vem do ano passado, atrasado - inclusive a Funai também participa junto. É uma experiência em Taunay-Ipegue, aí em Anastácio, e em Porto Lindo, no município de Japorã. São

experiências que aqui relativamente deram certo, do ponto de vista do projeto em si, do êxito do projeto como ele foi concebido, e lá em Japorã estaria dando mais certo: as lavouras estão implantadas, o que quer dizer que já está sendo realizado. A idéia é que esse ano a gente consiga ampliar, envolvendo outras comunidades. A gente sabe também que o Governo Federal, no Ministério da Agricultura, cortou esses recursos, diminuiu esses recursos. Então eu não sei até aonde a gente consegue. Só que não são recursos do Pronaf: são recursos do ministério da Agricultura. A idéia é que a gente disponibilize dos recursos do Pronaf, uma parcela para trabalhar comunidades indígenas também. A gente tem lá no detalhamento dos recursos do Pronaf deste ano, a gente tem consignado lá um determinado valor, que eu não sei dizer qual, para tratar a questão indígena. Só que é um valor pequeno, não é um valor grande lá, que isso veio do Governo federal. Mas a idéia é que pelo menos a nível de ministério a gente conseguisse ampliar o trabalho a algumas outras comunidades. Eu não vou entrar no mérito da discussão da concepção do trabalho em si, porque a gente tem reservas e está tentando melhorar ele aí. Mas são duas coisas que já existem.

**PROGRAMA PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL E FOMENTO DE ATIVIDADES
NÃO-PREDATÓRIAS EM TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL**

**BLOCO 3: ÁREAS TERENA DE MIRANDA - TERRA INDÍGENA
DE CACHOEIRINHA**

DOCUMENTO - BASE PARA DISCUSSÃO NO SEMINÁRIO

22 A 25 DE MARÇO DE 1999

MIRANDA - MS

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



APOIO FUNDAÇÃO FLORESTAS TROPICAIS (NORUEGA)

INDICE

1.Introdução	
1.1 Os Terena.....	03
1.2 Impactos do contato	05
• A guerra e a perda dos territórios	
• SPI e a perda da autonomia política	
• A FUNAI, a changa e a "revolução verde"	
• O CTI e a discussão de alternativas	
2. A Terra Indígena Terena de Cachoeirinha	
2.1 A Paisagem Natural de Cachoeirinha.....	14
2.2 Distribuição dos núcleos habitacionais na Terra Indígena de Cachoeirinha.....	17
2.3 Sistemas de produção vigentes atualmente.....	19
• A Agricultura	
• O artesanato	
• O “mangal” (um agrossistema Terena ?)	
• Técnica e experimentação entre os Terena	
• Técnica e experimentação entre os Terena	
2.4 Comercialização.....	23
3. Conclusão.....	23
• Apropriação de terra e ethos: atitude de cada membro desenhando a paisagem.	
• Pontos para possíveis projetos agroambientais (FNMA ou outras fontes de financiamento)	
Anexos.....	27

1.Introdução

1.1 Os Terena

O Estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, sendo superado apenas pelo Amazonas. Ainda que - e talvez por isso mesmo - essa presença indígena se faça sentir em todos os cantos do estado e desempenhe um papel fundamental na economia regional, as discussões em torno dos grupos indígenas de Mato Grosso do Sul raras vezes saíram do âmbito do clientelismo político-eleitoral.

Por contar com uma população bastante numerosa e manter um contato intenso com a população regional, o Terena é o grupo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam às destilarias para a changa. Essa intensa participação no cotidiano sul-matogrossense favorece a atribuição aos Terena de estereótipos tais como “aculturados” e “índios urbanos”.

Últimos remanescentes da nação Guaná no Brasil, os Terena são Aruak e possuem traços culturais essencialmente chaquenhos. Com uma população de aproximadamente 15 mil pessoas, vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas áreas cercadas por fazendas e espalhadas por seis municípios sul-matogrossenses - Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia e Nioaque. Também há famílias Terena vivendo em Dourados e no Estado de São Paulo, para onde foram levadas pelo antigo SPI.

Nos relatos das primeiras incursões espanholas pela extensa região do Chaco, ainda no século XVI, nota-se o quanto a agricultura dos Aruak do Alto Paraguai - os Guaná - tornavam reais os sonhos de abundância daqueles representantes de uma Europa faminta:

Neste caminho achamos roças cultivadas com milho, raízes e outros frutos (...). Quando eles colhem um roçado, o outro já está amadurecendo e quando este está maduro, já se plantou num terceiro, para que em todo o ano se tivesse alimento novo nas roças e nas casas. (Ulrico Schmidel 1578)

Essa profunda atenção dedicada à agricultura era também a base da relação “simbiótica” mantida pelos Guaná com os Mbayá-Guaykuru, povo caçador-coletor que lhes garantia o fornecimento de bens subtraídos dos europeus em troca de alimentos cultivados e tecidos.

Em várias partes do Paraguai Católico se tem notícia da nação chamada Guaná. Nome que engloba todos os subgrupos. Esses subgrupos usam nomes para se distinguirem entre si. (Sanchez Labrador, 1645)

No século XVIII tem início uma grande migração Guaná em direção à margem oriental do Rio Paraguai, que provavelmente se estendeu até meados do século XIX. Os diversos subgrupos - Terena, Echoaladi, Layana e Kinikinau - que se estabeleceram ao leste do Chaco, mantiveram em seu novo território a forma tradicional de organização em metades e estratos sociais endógamos, suas roças e também a aliança com os Guaykuru, que com a utilização do cavalo intensificaram sua presença além do rio Paraguai.

A resistência dos Guaykuru - aos quais “pouco faltou para que exterminassem todos os espanhóis do Paraguai”(3) - diante do avanço dos paulistas que se dirigiam à região Cuiabá, manteve os Guaná distantes de maiores relações com europeus. Essa situação se manteve até a última década do século XVIII, quando em 1791 é assinado um tratado de paz entre Portugal e os Guaykuru.

O Tratado de Paz permitiu a fixação portuguesa, ainda que incipiente, na margem direita do Paraguai, ao mesmo tempo em que propiciava o desgaste da aliança Guaná-Guaykuru. Afastada a ameaça dos constantes ataques dos “índios cavaleiros”, pequenos núcleos populacionais portugueses/paulistas começaram a se estabelecer em torno das fortificações que vinham sendo construídas nas duas décadas que antecederam a assinatura do Tratado.

As relações com os portugueses/brasileiros - ainda hoje os brasileiros são chamados pelos Terena de *purutuyé*, corruptela de “português”-, após 1791, tiveram variações entre os diversos subgrupos Guaná. Hercule Florence descreveu, na década de 20 do século passado, um grupo ao qual denominou “guanás” - provavelmente os Echoaladi - que vivia “um pouco acima de Miranda” da seguinte maneira:

De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana e fazem grandes peças de pano de algodão com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco.

Os Kinikinau parecem também ter se incorporado à economia regional, enquanto mão-de-obra em fazendas, ainda na primeira metade do século XIX, atuando também como “camaradas” nas embarcações da região. De qualquer forma, foram os Terena o subgrupo Guaná que, até o início da Guerra do Paraguai, menos contato manteve com os *purutuyé*.

A eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, no final de 1864, viria a mudar de forma dramática a vida de toda a nação Guaná.

1.2 Impactos do contato

- **A guerra e a perda dos territórios**

A Guerra com o Paraguai marcou profundamente a história dos *Guaná*. Um dos palcos do conflito foi justamente em território destes povos que, aliado dos brasileiros, sofreram ataques e represálias por parte das tropas “invasoras”. É quase certo que todas as aldeias então existentes na região dos rios Miranda e Aquidauana desapareceram, com seus habitantes buscando refúgio nas serras de Maracajú e Bodoquena. Findo o conflito, o antigo território das aldeias já era disputado por novos “proprietários”, em geral oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra - e que permaneceriam na região.

Este tempo do pós-guerra é conhecido pelos Terena como o “tempo da servidão”: dispersos, quando retornaram aos locais de suas aldeias, os vários grupos *Guaná* começaram a recompor seus grupos locais, pedindo “licença” aos novos proprietários. É a época dos “cercamentos” e da abertura dos estabelecimentos pecuários, que contaram intensivamente com a mão-de-obra dos índios para se implantarem. O regime que prendia os índios àqueles estabelecimentos era idêntico ao “barracão” das empresas seringalistas do

Acre: um sistema de "antecipação de crédito" do qual poucos conseguiam se livrar; por isso este período (últimas décadas do século XIX até os primeiros anos deste século) é conhecido como o de servidão¹. Mas os poucos "índios livres" conseguiram se manter em pequenos núcleos, periféricos às fazendas formadas.

Foram estes núcleos que os integrantes da Comissão das Linhas Telegráficas - chefiada por Cândido Rondon - encontraria em 1904. Por meio de acordos com os fazendeiros limítrofes (e contando com sua autoridade e prestígio, além do fato das terras serem "devolutas"), Rondon conseguiu que o Governo da então Província do Mato Grosso, por meio de decretos, "reservasse" aos índios glebas de terra (decreto de maio de 1904 reservava aos índios Terena duas glebas de terra no município de Miranda para os aldeamentos de *Bananal/Ipegue* – aldeias contíguas – e *Cachoeirinha*, com respectivamente 7.200 e 3.200 hectares). Por essa época, a população de Cachoeirinha não passava de 300 habitantes.

- **SPI e a perda da autonomia política**

Na década seguinte (1910-20) dois fatos significativos marcariam a história Terena: a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), esta última responsável direta pelo aumento da população da região sulmatogrossense em cinco vezes em duas décadas. O SPI instalaria um posto em Cachoeirinha em 1918, com o objetivo de levar aos Terena os objetivos da "proteção fraternal" preconizada por Rondon - o quê, ao menos nos primeiros anos, foi de fato tentado. Mas logo essa "proteção" (que deveria ser de direitos) foi sendo gradualmente transformada em imposição política, culminando com a perda do que ainda restava da autonomia política dos Terena - ao menos em Cachoeirinha.

Ao nomear com o título honorífico de "capitão" ao chefe Terena de então (Benedito Polidoro), Rondon pretendia marcar, perante a sociedade regional e

¹ Nas palavras de Rondon, este tempo é assim descrito: "São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça... Nenhum 'camarada de conta' poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize. E, se tem ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a polícia como co-participante de tais atentados" (Missão Rondon, 1949:83 *apud* Cardoso de Oliveira - Urbanização e Tribalismo 1968: 42)

aos seus próprios subordinados, a autoridade indígena como que *também* investida de uma interlocução legítima para os assuntos externos à aldeia. Porém, "naturalmente" o funcionário chefe do posto do SPI passaria a interferir na escolha do "capitão", utilizando-o para legitimar seus próprios interesses ou aqueles do seu superior imediato (o chefe da Inspetoria Regional, em Campo Grande). A primeira intervenção explícita dos *purutuyé* no sistema política Terena em Cachoeirinha ocorreu na ascensão do "capitão" Timóteo (década de 30), "nomeado" por um Conselho de Velhos, equivocadamente criado pelo encarregado do posto - em total desrespeito à sucessão tradicional, baseada na interface entre as estruturas de parentesco e de camadas ainda vigentes em Cachoeirinha na ocasião (RCO, *op.cit.*: 108-109). Este conselho ainda vigora na assessoria ao "capitão", já que, hoje, há eleição - por voto direto e secreto - para este cargo.

O "encarregado do posto", em pouco tempo, passaria a interferir em praticamente todos os aspectos da vida social Terena: da mediação de conflitos internos entre famílias à lavratura - e guarda dos registros - das ocorrências civis (nascimento, casamento e óbitos) até a gestão dos contratos de trabalho e estabelecimento de uma "guarda indígena" para a manutenção da "ordem": em cada detalhe e momento, a onipresença em poder marcar que os Terena, ali, *viviam por concessão*¹

Agente subalterno local de um sistema colonial de poder, este funcionário passaria a decidir o futuro do povo Terena. E esse futuro, agora "orientado legitimamente" por um *purutuyé*, se direcionaria a marcar *todas* as reservas Terena como *reservas de mão-de-obra* para as empresas agropecuárias da região - e ele, o gerente deste estoque. Na história oral dos Terena de Cachoeirinha, apenas um destes funcionários é lembrado por tentar realizar uma gestão que privilegiasse o trabalho interno.

Lugar de uma estrutura de poder, verdadeiramente colonial, o "posto" se impunha para *imobilizar* a força de trabalho interna para torná-la disponível externamente. De fato, já nos anos 50 os dados colhidos por Cardoso de Oliveira em Cachoeirinha impressionavam: dos 127 grupos domésticos que constituíam a aldeia em 1957, apenas 19 (17%) viviam exclusivamente da

¹ "...o sistema adotado pelo SPI para melhor administrar as Reservas Indígenas pouco difere dos regimes autoritários implantados nas grandes fazendas do interior do país, caracterizados pelo grande poder de um 'patrão', apoiado numa força policial por ele organizada e mantida." (RCO, *op. cit.* 112-113)

agricultura interna e artesanato, enquanto 46% viviam exclusivamente do trabalho externo e outros 37% combinavam o trabalho em suas roças com o trabalho esporádico externo. A população na época era de cerca *900 pessoas* (RCO, 57). Tudo leva a crer que esses números (na sua distribuição relativa) não se alteraram nos últimos anos; com a implantação de usinas de açúcar e álcool na região, no final dos anos 70, os números, em termos absolutos, com certeza aumentaram - assim como a população residente, que ultrapassaria os *dois mil* em meados da década de 1980.

O fenômeno da urbanização de indivíduos Terena nos centros urbanos regionais², crescente a partir do final dos anos 50, estaria diretamente ligado à sobrepopulação das reservas e a falta de "futuro" nelas (RCO, *op. cit.*, capítulo VI). Em 1960, este autor registrou 418 indivíduos Terena morando em Campo Grande; hoje certamente esse número passa dos 2 mil indivíduos - e grande parte já não mantém vínculo com as aldeias de origem dos seus parentes.

A imensa maioria destes ex-migrantes saíram das reservas Bananal/Ipegue e Buriti, e sobrevivem como prestadores de serviços (empregados domésticos, fornecedores de mão-de-obra para serviços gerais, donos de pequeno comércio, funcionários públicos ou da antiga NOB etc...). As razões alegadas pela primeira geração de migrantes urbanos para deixarem as reservas foram os conflitos internos (por diferenças sobretudo religiosas, quando da chegada dos missionários protestantes às duas reservas citadas). Comparativamente às outras reservas, são poucos os Terena urbanizados egressos de Cachoeirinha (os quais ainda mantêm laços permanentes com suas famílias de origem na reserva).

- **A FUNAI, a changa e a "revolução verde"**

O chefe do posto da FUNAI herdaria do seu antecessor do SPI as mesmas prerrogativas de poder. Contudo, o aumento da procura em "escala" da mão-de-obra para as usinas de cana, daria motivo para que aquele funcionário público (com o beneplácito do "capitão" e autorização de Campo Grande), passasse a cobrar uma taxa, por índio contratado, dos intermediários

² Sobretudo Campo Grande e em menor medida, Aquidauana e Dourados

("gatos") das usinas. O dinheiro assim arrecadado deveria ser utilizado na "manutenção" de algumas atividades do posto. Este recurso passaria a ser, nos anos 80, o principal atrativo para a disputa da "capitania"...e fonte importante de ganhos o Posto Indígena - e cuja prestação de contas é em geral um segredo, apenas partilhado pelo chefe do PI e "capitão".

A administração da "changa" (como é chamado regionalmente o trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar) passaria a ser um dos principais - senão o principal - papel desempenhado pelo núcleo de poder na reserva (chefe PI, capitão e membros privilegiados do Conselho). Assim, para sustentar a posição de poder, atualmente, aquele núcleo é responsável pela indicação exclusiva dos "cabeçantes" - figuras da aldeia, necessariamente alfabetizadas e que são os encarregados das "turmas" de trabalhadores contratadas pelo empreiteiro das usinas. Estes "cabeçantes" recebem um salário diferenciado e se responsabilizam integralmente pela "sua" turma (composta por 20/30 trabalhadores) distribuindo (e anotando) as tarefas realizadas no dia-a-dia do corte de cana. A escolha destes indivíduos é basicamente determinada pelas relações de parentela e - sobretudo - pelo aliciamento de lealdades, que ocorrem durante o processo eleitoral feita pelos candidatos a "capitão". Um bom "cabeçante" traz dividendos políticos para o seu "padrinho"

Mas a "changa" não é somente uma fonte de renda para determinados membros da aldeia; hoje ela se reveste de uma válvula de escape fundamental para a pressão social advinda da sobrepopulação nas reservas - sobretudo para a imensa maioria dos jovens que desistiram da escolarização completa, seja no mundo dos brancos (o 2º grau nas escolas dos *purutuyé*) ou nas aldeias (onde têm a chance de completar o 1º grau). Estes jovens - que integram 90 % dos trabalhadores das "turmas" - se encontram em um momento crítico: já fora da escola (por isso changueam), perderam a chance de escapar "para o mundo d'os brancos" e competir num mercado de trabalho em condições de extrema inferioridade (só uns poucos privilegiados o conseguem); na reserva, hesitam entre casar - e assumir o futuro alí, na roça e no trabalho externo eventual - ou tentar a sorte no subemprego das cidades, usando (quando existente) a rede de solidariedade da parentela alí estabelecida.

Fora da changa, portanto, as opções são poucas - e o próprio sistema de poder não favoreceria outras alternativas, para além de consentir, em

Cachoeirinha, nos anos 30 e 50, a operação de um extrativismo individual, também taxado pelo PI (de casca de angico para os curtumes regionais e lenha para as cerâmicas/olarias locais e para uma caieira que existiu num povoado vizinho a Cachoeirinha até 1960). Porém esse extrativismo, nos anos 70, extinguiu-se, devido o fechamento dos curtumes e por oposição das lideranças locais, preocupadas com a predação das matas da reserva. Houve também o estímulo de um chefe de posto para o plantio de café, de início com bons resultados; mas sem acompanhamento técnico adequado, foram sendo atacados por pragas até serem totalmente erradicados 8/10 anos depois.

Fora este surto extrativista- e de tentativa de implantação de culturas comerciais permanentes, outra iniciativa visando contemplar o trabalho interno em Cachoeirinha teve lugar nos fins dos anos 70 e início dos 80. Favorecida por um orçamento pródigo administrado pelos militares-presidentes, a FUNAI de então, durante 04/05 anos, beneficiou os poucos produtores locais de Cachoeirinha por meio de "projetos de desenvolvimento comunitário". Na realidade, tais projetos (aos quais eram destinados anualmente verbas orçamentárias, fora daquelas enviadas com a rubrica "manutenção do PI") serviram como uma espécie de capital inicial gratuito para a introdução da "revolução verde" no universo das reservas Terena. Os efeitos sobre o ambiente natural deste processo de "modernização" do trabalho agrícola serão analisados adiante. Mas é a partir deste surto modernizante que novas áreas de roças seriam abertas em Cachoeirinha (por exemplo, Chacrinha, novas áreas no Saipuri, Argola e Capão), privilegiando culturas não mais de mera subsistência, mas claramente buscando a geração de excedentes comercializáveis.

Enquanto durou a fartura dos recursos a fundo perdido da FUNAI, de fato alguns produtores locais foram beneficiados, trazendo alguma esperança para os que viviam exclusivamente das roças (foram adquiridos pequenos tratores, máquinas de beneficiamentó, além do fornecimento de adubos e sementes selecionadas e do óleo para o preparo e plantio - às vezes o PI cobrando a restituição da semente e do óleo, outras não, dependendo do acerto com o "capitão" e do caixa do PI). E também trazendo invasoras resistentes, compactação do solo e o estímulo à abertura de novas áreas.

Foram contratados técnicos agrícolas e agrônomos para dar suporte técnico à agricultura comercial Terena. A chefia do PI passou a gerenciar então, além da changa, um empreendimento agrícola mais sofisticado,

- **O CTI e a discussão de alternativas**

Quando começamos a marcar a nossa presença em Miranda, o contexto era, em linhas gerais, o apresentado até aqui. Inicialmente, nossa equipe - que contava então também com dois advogados - dirigiu o foco do trabalho em criar resistências locais ao esquema de poder do PI. Depois de quase dois anos de presença quase clandestina em Miranda, conseguimos articular um núcleo de opositores ao esquema do PI, que batizaram com o nome estranho de "Associação Grupo Individual" - AGI. Este grupo reunia agricultores do Argola e da Sede em torno de um projeto alternativo ao PI, em que se enfatizava a democratização das discussões sobre o futuro da agricultura na reserva, a transparência na utilização dos recursos e a luta pela ampliação da área indígena.

Com apoio financeiro da PPM (agência alemã de cooperação), a partir de 1982 o CTI passaria a contar com recursos para o apoio às roças dos integrantes da AGI. Não tínhamos nenhuma preocupação, nesse tempo, com a qualidade técnica do trabalho ou seus possíveis danos ambientais. Nosso trabalho (daí os dois advogados e nenhum agrônomo ou ecologista) era mostrar a possibilidade de se alcançar outra forma de gestão do PI, mais democrática e que desenvolvesse políticas locais que apontassem para um futuro viável dentro da reserva.

Em 1985, finalmente, uma liderança da AGI (Sabino de Albuquerque) seria eleita para a "capitania geral" de Cachoeirinha. Um dos objetivos do trabalho foi então parcialmente cumprido. A partir desse momento a figura do capitão passaria a ocupar um novo espaço, assumindo definitivamente o controle sobre a vida naquela Terra Indígena, neutralizando, em grande parte, as interferências do PI nos destinos da comunidade.

Por outro lado, nesse tempo, não interferimos quando os tratores de esteira do governo do Estado, atendendo pedido da AGI, derrubou 40 ha de cerrados para novas áreas de roça...

Na luta pela ampliação da área, as tentativas que realizamos no período em questão foram frustrantes: em 1983, conseguimos da FUNAI apenas a reavivitação dos limites e marcar a necessidade de ampliação; em 1986, conseguimos levar a questão para o antigo MIRAD, através de uma audiência com o então ministro Dante de Oliveira (o processo morreu na

Superintendência do INCRA em Campo Grande, sob a alegação que as áreas de duas fazendas pretendidas pelos índios situavam-se no "pantanal", área não-prioriária para a reforma agrária). Em 1988, contratamos um topógrafo que re-delimitou a área da reserva apontando apenas 2.600 ha dos 3.200 decretados.

Apesar de alguns avanços quanto a democratização da gestão do PI, Sabino perderia a capitania para seus opositores, ligados à época ao esquema do prefeito de Miranda, que interferiu pesadamente na eleição.

A partir deste episódio, rearticulamos a AGI e fizemos um balanço das possibilidades de retomada dos princípios originais da AGI; estas discussões culminaram na fundação da Associação Indígena Terena de Cachoeirinha - AITECA, em 1989, congregando cerca de 40 produtores dos vários setores da área. Sabino de Albuquerque foi eleito seu primeiro presidente, que passou ostensivamente a se opor ao "capitão" e seu esquema. O patrimônio da AGI - adquirido e doado pelo CTI ao longo dos anos - foi transferido para a AITECA (dois pequenos tratores usados, uma grade "romel", batedores de cereais, máquina de pilasr arroz, um caminhão GM usado). Na sequência, adquirimos (com apoio da agência holandesa Wilde Ganzen) uma gleba de terras (com cerca de 80 hectares) quase contígua a área para a AITECA utilizar como área de roça coletiva³.

³ A estrutura de poder montada pelo SPI e reforçada pela FUNAI, havia trabalhado para que as Reservas Indígenas Terena fossem marcadas (e vistas desde o exterior) como o lugar da reprodução vegetativa da mão-de-obra para o mercado externo. Mas, do ponto de vista dos moradores de Cachoeirinha, ela é não *só isso*: é também o *locus* privilegiado para a vivência e atualização de um *ethos* diferencial - manifestado pelo uso da língua, pelas regras de parentesco que ainda definem as alianças matrimoniais e as relações de solidariedade entre os grupos domésticos. Durante o período da primeira capitania de Sabino, várias iniciativas foram realizadas para reforçar o *ethos* Terena, além da ênfase que dávamos para a agricultura como vocação histórica do povo. Realizamos exposições fotográficas a partir de negativos antigos do antropólogo Harald Schultz, durante a semana do índio; apoio financeiro para as mulheres ceramistas e discussão para a formação de um grupo de gestão e vendas; apoio para tentar recuperar a arte da tecelagem em algodão pelas mulheres (por um período de 02 anos, contratamos Patrícia Kfure, especialista em artesanato, para acompanhar este trabalho); por solicitação do então capitão Sabino, começamos a orientar os professores Terena e preparar material didático apropriado para alfabetização, com ênfase no universo Terena (e "proibido", durante anos de ser aplicado nas escolas, pela Prefeitura de Miranda, a quem se subordinavam a maioria dos professores), entre outras iniciativas. Mais tarde, o trabalho com os professores redundaria na formação de outro grupo formal, a Associação dos Professores Terena de Miranda - APROTEM.

Pouco antes da criação da AITECA, já havíamos começado a nos preocupar (1989) com a questão da recuperação dos solos e da incorporação de áreas degradadas para novas roças, contratando a assessoria de um agrônomo-ecologista, Luis Cláudio Bona. Em 1991 aprovamos um projeto de "agricultura regenerativa e agrossilvicultura" junto ao FNMA. Com os recursos disponibilizados, construímos a atual sede da AITECA e iniciamos os primeiros experimentos com adubação verde e consorciamento - sem muito sucesso, novamente devido a falta de acompanhamento técnico adequado. Quando tentávamos recuperar estas experiências (ampliando-a, com a aquisição de equipamentos para beneficiamento da produção, embalagens com a marca AITECA e o selo de produto orgânico etc), através de um projeto de continuidade para o FNMA, estas expectativas foram frustradas por intrigas de opositores que conseguiram até mesmo suspender o projeto aprovado pelo FNMA.

Em 1994, a eleição para a diretoria da AITECA puniria, de certa forma, o anterior presidente (Sabino) pelo seu "descaso" com os equipamentos, com a falta de iniciativa na defesa do projeto do FNMA e, segundo a maioria dos sócios, por não viabilizar o apoio necessário às roças. Sabino viria a ser eleito vereador pelo PMDB e seu irmão Izídio, presidente da AITECA. Daí em diante, o CTI se afastaria gradativamente da AITECA, por discordar da gestão iminentemente "técnica" que o seu presidente vinha imprimindo. Nesse período (1994-1998), o apoio do CTI restringiu-se ao acompanhamento das escolas e da APROTEM. Este seminário é parte das iniciativas para tentar recuperar as experiências agrossilvopastoris frustradas em 1994.

2. A Terra Indígena Terena de Cachoeirinha

2.1 A Paisagem Natural de Cachoeirinha

Procuramos indicar a dinâmica e os processos que ocorrem no relevo e na vegetação dentro da Terra Indígena Terena de Cachoeirinha. Considerando os grandes compartimentos do relevo brasileiro, podemos afirmar que Miranda e Cachoeirinha estão na Planície Pantaneira, separada do Planalto Brasileiro pelas escarpas da Serra de Maracaju. No entanto, estes terrenos não sofrem alagamento constante, por isso foram caracterizados como de “Planície Pré - Pantaneira”.

O relevo de Planície Pré - Pantaneira, com altitudes de até 200 m, apresenta pequenas variações de altitude, com pequenas depressões em consequência da drenagem, que no caso da área indígena é sempre intermitente: não há água corrente permanente em Cachoeirinha. Estas faixas de drenagem interrompidas são chamadas de “vazantes”.

Um dos fatores condicionantes da fisionomia da vegetação natural nesta região é a própria dinâmica de acumulação de água no solo. O excesso de água no solo propicia a formação de uma vegetação de fisionomia campestre (**campos de vazante**), enquanto as áreas que acumulam menos água propiciam a formação de uma **mata**. As áreas onde não ocorre o acúmulo de água são ocupadas pelo **cerrado**.

Dentro desta dinâmica, pode-se dizer que uma área hoje com mata pode ter sido uma vazante, provavelmente em decorrência da acumulação de solo oriunda do cerrado.

De uma forma geral, podemos compreender a vegetação de campo nas vazantes de Cachoeirinha como um estágio no processo de formação de um ecossistema mais complexo: capim suportando o excesso de umidade (primeiro estágio), junto ao capim surgem moitas de araticum (*Annona coriacea*) e crescem as lixeiras (*Curatella americana*), árvores adaptadas a este solo encharcado. As lixeiras sombreiam e formam um raizame, acumulando sedimentos. Este processo favorece a colonização pelas primeiras árvores típicas de floresta tropical.

A mata formada a partir de áreas de vazante, com as árvores de raízes tabulares, adaptadas ao lençol superficial, originam uma estrutura onde o dossel superior, formado por ximbua (timbiuba- *Enterolobium sp.*), angico (*anadenantera sp*), ipês (*tabebuia sp.*) entre outras, e um segundo estrato composto por guatambu (*aspidosperma sp*), cedro (*Cedrella sp.*), cajá (*Spondias sp*), são bem mais altos que os estratos menores, onde desponta principalmente uma palmeira, o bacuri (*Scheelea* ou *Attalea phalerata*), que praticamente recobre as áreas não ocupadas pelas árvores. Há ainda um conjunto de plantas menores muitas delas utilizadas pelos Terena para fins medicinais.

Este ecossistema (chamado de *Hoi* pelos Terena) possui solos férteis e certamente é a escolhida para uso como roça, prolongado por mais tempo que os solos de cerrado. Da sucessão desta floresta ciliar, só se conhece um pouco de sua formação, mas após o desgaste do solo não há nenhuma evidência de quais seriam as pioneiras a dar origem a uma futura floresta. Nos campos abandonados, ou aparecem crindiuvas (*Trema michranta*) entre outras pioneiras, ou invasoras exóticas como o colômbio; nas bordas atingidas pelo fogo, o bambuzinho parece formar uma barreira.

O que chamamos “cerrado” (ou *Meeu* em Terena) nesta vegetação pré-pantaneira encontrada em Cachoeirinha, não é exatamente o que encontramos no planalto brasileiro; há um certo número de espécies diferentes entre ambos os ecossistemas, dentre elas algumas muito significativas, como o pequi (*Cariocar brasiliensis*) e o buriti (*mauritia sp*), que não ocorrem na Área de Cachoeirinha. Outras diferenças identificadas são de fisionomia, tendo uma característica mais florestal e nas formas mais desenvolvidas e menos alteradas torna-se um cerradão, com gigantes como o jatobá (*Himenea sp*), aroeira (*Astronium* ou *Miracrodruon urundeuva*) e espécies de menor porte timbó (*Magonia sp*) formando um continuo ora emaranhado com cipós - destaque para o cipó mil-homens (*aristolochia sp.*), frequente nesta região. Também plantas menores : araçá (*psidium sp*), a guavira (*Campomanesia sp.*) outros arbustos frutíferos de conhecimento indígena.

O que distingue claramente os dois ecossistemas florestais em campo é o solo, com origens e geótopos diferentes: enquanto as matas se formam em terrenos sedimentares quaternários, o cerrado tem solo avermelhado nas partes planas interfluviais . A regeneração nestas áreas é semelhante à

vegetação resultante, com gradientes de maior ou menor diversidade de espécies e o adensamento de sua estrutura acompanha o tempo.

O intuito de citar todas estas espécies ocorrentes é dar uma noção da biodiversidade também naquilo que faz sentido ao homem, inclusive quanto a aspectos econômicos.

	Fisionomia	solo	geologia/relevo	área
vazante	campo de capim com uma faixa de lixeiras	areia	sedimentos recentes em depressão, planos	161 ha
mata	árvores altas, palmeiras bacuri embaixo.	areia/humus	sedimentos recentes, inconsolidados solo plano e úmido.	404 ha
cerrado	árvores até 8m. em meio a árvores menores e arbustos	vermelho	sedimentação antiga, parte mais alta do relevo (depois do morro da Faz. Petrópolis)	1095 ha
total				1660 ha

Conforme mapa preliminar apresentado, este mosaico de ambientes naturais compõem ainda cerca de 1660 hectares de Cachoeirinha - claro que boa parte em convivência extrema com as áreas culturais, lembrando ainda a sua utilização para a extração de lenha, palmito e madeira, além de num passado de vinte ou cinquenta anos poder ter sido roça. Quer isto dizer que os ecossistemas em sua fisionomia semelhante à original, representa algo em torno de 35% da área, sendo ainda cerca de 40% da área (958 hectares) intensivamente utilizada, com roças anuais e necessários ciclos de pousio, e nos restantes 25% estão as áreas alteradas, em recuperação ou degeneração.

As fazendas vizinhas, conforme também se observa na imagem de satélite, no máximo mantiveram os 20% de Reserva Florestal, conforme obriga a lei. Há flagrantes irregularidades quanto ao Código Florestal, de 1966, como a desproteção de cabeceiras que deveriam ter proteção ciliar. A maior parte da abertura destas fazendas é posterior à promulgação desta Lei, fato evidenciado em levantamento topográfico de 1967, realizado pela DSG com base em aerofotos. Isso indica uma ausência de uma política florestal consistente por parte do Estado do Mato Grosso do Sul.

2.2 Distribuição dos núcleos habitacionais na Terra Indígena de Cachoeirinha

Sede - composta de moradias, do PI e escola e enfermarias e tendo como atividades principais a criação de animais soltos: gado gir (zebuínos - em língua Terena: waká), cavalos (camó), porcos (curé), galinhas (tapihi) e árvores, sobretudo as mangueiras, mas também ocorrendo jabuticabeiras, cajueiros, carandás, aguapombas etc. A presença dos animais soltos impedem a produção de roças nestas áreas. É o local das residências dos grupos familiares fundadores da aldeia, as famílias “importantes” e o centro onde se localizam as duas principais facções políticas de Cachoeirinha, junto às quais os grupos das demais aldeias fazem suas alianças, de acordo com a situação de cada momento. Ainda que outras aldeias (Babaçu, Argola, Morrinho e Lagoinha) da área tenham seus próprios *capitães*, o *capitão* da sede terá sempre o posto de “Cacique Geral de Cachoeirinha”.

Argola (antigo lugar de roças dos residentes de da sede) - já faz parte do sul, com outra organização espacial, fundada nas roças, que, por não haver animais soltos, dispõe-se próximo às residências, igualmente cercadas de mangueiras; todo o sul tem maior parte aberta, sobrando menor área com ecossistemas naturais.

Babaçu - É um setor basicamente formado por migrantes de outras reservas ou de famílias em outros tempos vindas de fazendas. Também localiza-se imediatamente ao sul da sede, trata-se de uma área com características semelhantes à Argola, quanto à distribuição espacial, com mangueiras próximo às moradias, e roças não cercadas, extensas de milho, feijão e mandioca. Ao sul de Babaçu, num distrito chamado **Capão**, também tem roças extensas, menos moradores, sendo as roças em grande parte dos moradores de Babaçu. Para efeito deste levantamento, Capão inclui Lagoa Seca, que abrange toda entrada da área ao sul. Capão e Lagoa Seca estão sob a responsabilidade do capitão de Babaçu.

Morrinho - Área mais recente, também formada por migrantes em sua grande maioria. Trata-se da parte norte da área indígena, limitado por cerca de Cachoeirinha, devido ao gado. Ocupando terras de mata, férteis, apresenta roças onde a produção principal, de milho, mandioca ou feijão tem um acompanhamento de uma variedade de espécies cultivadas e também as espontâneas que são deixadas propositalmente, uma policultura que será

detalhada no correr deste trabalho.. Ainda ao norte, há um trecho de solo em pousio, ocupado com capim colonião, caminho para as matas remanescentes, na borda do cemitério. Outros campos de pousio tornaram-se bacurizais.

Lagoinha setor do sul mais conservado, talvez por ser mais novo, ainda apresenta boa quantidade de matas, e problemas na obtenção de água: há um poço manual e o açude, pequeno, dentro da vazante, tem águas barrentas.

As áreas de roças podem ser setorizadas, grosso modo, da seguinte forma:

Saipuri, ligada à sede, por ser antiga, já apresenta algum desgaste no solo, embora menor do que outras da mesma idade, dadas as qualidades de seu solo, originado da mata primária antes existente, do qual ainda restam alguns cedros e outras árvores. Compõe o leste imediato de Cachoeirinha, e além das roças tradicionais, abriga culturas comerciais como o algodão. Por uma questão prática, incluímos o “Bebedouro de Cavallo”, área de vazante utilizada imediatamente ao norte de Saipuri, neste setor.

Chacrinha, outra roça ao sudeste da sede e ligada a ela, veio de uma experiência de associar a lavoura com uma “cantina” onde se encontravam produtos de consumo à venda, para os moradores não dependerem do mercado de Miranda. A experiência ocorreu há mais de vinte anos e o que sobra é residual: apenas poucos lavouristas da sede se utilizam desta área para cultivar esta terra, bastante desgastada em sua maior parte. Verificamos novas aberturas sobre o cerrado remanescentes, talvez para piquetes para gado.

Quarenta, um dos trechos mais recentemente abertos, na década de oitenta, já apresenta também desgaste físico do solo, talvez por excesso de mecanização pesada. Isto tem significado a abertura, através de destoca de suas bordas, avançando sobre a mata e o cerrado. O trecho de avanço corresponde a cerca de metade da área aberta, sendo o resto o Quarenta original. Ainda este ano percebe-se um avanço de alguns hectares sobre o já existente.

Agrosul Trecho de roça aberto por esta companhia, está relacionado à Argola e tem cerca de trinta e três hectares abertos mais um tanto em destoca e este é

um dos últimos remanescentes de vegetação natural do oeste da área. Tem sido usada parcialmente pelas famílias de Argola.

2.3 Sistemas de produção vigentes atualmente

Dentre as atividades praticadas pelos Terena, como caça, pesca, artesanato, extração de recursos madeireiros e não-madeireiros, a agricultura constitui na sua principal atividade de subsistência.

- **A Agricultura**

A Agricultura hoje praticada pelos Terena é diferente da que se praticava antes da Guerra do Paraguai. Antes, possuíam território suficiente para desenvolver uma agricultura itinerante, de corte e queima e posterior pousio, durante tempo suficiente para a regeneração da fertilidade natural do solo.

Atualmente confinados em reservas - fator fundamental para as transformações ocorridas em sua agricultura tradicional - os Terena possuem grandes campos de cultivo em vez das pequenas clareiras abertas na vegetação, utilizando-se de mecanização (trator) para abertura, gradeação e preparo da terra para plantio, de forma que torna-se necessário discutir quais das práticas atualmente utilizadas ainda refletem as roças tradicionais e quais foram adaptações posteriores a este pacote tecnológico imposto.

A produção agrícola obtida nas áreas de roça Terena é destinada para venda e consumo familiar. O feijão é um dos principais produtos para comercialização, e quando ocorre produção de excedentes dos cultivos destinados à subsistência, estes também são comercializados, como milho, mandioca, feijão verde, abóbora, entre outros.

As roças, regra geral, pertencem ao "grupo familiar extenso" (que engloba necessariamente mais de uma família elementar e que pode coincidir, com o *grupo residencial*). Via de regra, este grupo é composto por um "chefe" (avô), seus filhos, netos e noras). Devido a dinâmica de sucessão pela linha paterna, os terrenos já desbravados por um grupo tende a ficar no domínio de irmãos consangüíneos, acentuando a patrilateralidade do sistema de parentesco Terena - e a patrilocalidade da residência pós-matrimonial (a

esposa vai na casa do marido, que é a do pai dele ou muito próxima ao grupo residencial do mesmo); por força desta composição, as roças de um mesmo grupo de irmãos se distribuem em áreas contíguas.

Este grupo - com a autoridade do mais velho - decide sobre quando e o quê plantar e trabalham coletivamente no seu trecho, apesar do reconhecimento da propriedade individual de cada integrante. Esta descrição serve para os grupos mais velho de Cachoeirinha, descendentes dos formadores da aldeia ou dos primeiros migrantes. Os migrantes - sem base/apoio na parentela - tendem a abrir (e foi assim no passado) roças novas em áreas concedidas pela chefia.

Considerando o fato de que a reserva possui uma área delimitada e nitidamente insuficiente para prover toda a sua população, a prática da agricultura se dá em terrenos já abertos, com trator. Ocorre, ainda, um avanço para as áreas de capoeirão (de 15 a 20 anos) presentes no entorno das roças abertas, através de uma técnica peculiar denominada por eles de destoca: a partir de uma área já aberta, eles adentram a capoeira retirando os troncos mais grossos, de forma que restem os troncos finos e os tocos das árvores. Após o corte das árvores com machado é efetuado a desgalha, retirando os galhos mais grossos para serem aproveitados como lenha. Efetuada a limpeza dos troncos, estes são removidos do interior das áreas de roça e destinados aos mais variados tipos de uso: confecção de caibros, mourões e venda (madeira nobre com valor comercial).

O material restante nas áreas de roça (lenhoso e não lenhoso) é agregado junto aos cepos arbóreos e queimados.

A destoca gradual é como um desmonte do ecossistema, separando as madeiras de uso, de lenha, antes de queimar e utilizar o terreno. Isto demanda conhecimento. Uma atividade complexa onde o trabalho artesanal tira o lugar do trator, útil nas áreas onde se necessita agilidade.

Não obtivemos claramente dados a respeito do tempo de pousio a que são submetidas as áreas de roça, observou-se apenas que este difere intra e inter-roças, variando entre 2 e 3 anos, porém sem dados sobre os critérios de escolha para a reutilização ou abandono destas áreas, como porte de vegetação, tipo de solo, entre outros.

As antigas áreas de roça, submetidas a um uso mais intensivo do solo, encontram-se cobertas de capim colonião. Estas são bastante utilizadas para agricultura.

O ano agrícola Terena inicia-se em agosto, tendo seu término em março-abril com o plantio de feijão.

As áreas novas para agricultura, recém derrubadas ou recém-roçadas, são destinadas basicamente para as roças de milho e feijão. As áreas destinadas para o plantio de milho e feijão exigem uma condição de fertilidade de solo diferenciado de outros cultivos, sendo considerada como critério para a escolha das áreas. Junto às roças de milho e feijão é observada uma grande diversidade de cultivos consorciados a estes cultivos principais que cumprem um papel, denominado aqui de secundário, como abóbora, melancia, batata-doce, maxixe, entre outros. Os cultivos secundários têm a função de cobrir as áreas de solo entre os pés da cultura principal, reduzindo assim o praguejamento da roça.

Quando a produtividade do milho e do feijão começa a diminuir nas áreas de roça, estas mesmas áreas, no ano seguinte, são destinadas ao plantio de mandioca, batata-doce, maxixe, e demais cultivos menos exigentes em fertilidade do solo.

Nos lotes destinados às roças, cada família pode cultivar o que quiser e o quanto quiser nestas áreas. O observado é que estes, normalmente não são utilizados na sua totalidade. Cada lote forma um mosaico de pequenas áreas em estágios sucessionais distintos, indicando que há um planejamento quanto ao uso agrícola do lote em função da fertilidade do solo, mantendo áreas em pousio para uso futuro.

Pudemos observar a relação direta que o meio social externo exerce sobre as referidas aldeias indígenas. O modelo de agricultura convencional praticado pelos purutuie, para alguns membros da aldeia constitui-se em exemplo de sucesso. Essa relação resultou na perda das sementes tradicionais dos Terena e na introdução de implementos agrícolas que hoje parecem ser insubstituíveis para as práticas agrícolas locais. Citamos como exemplo a dependência com o trator para arar e gradear o solo das áreas de roça.

No conjunto da área indígena, a maior “praga”, na visão dos lavouristas é o Carrapicho (*Cenchrus echinatus*), que pode ser entendido também como um indicador de solo desestruturado por anos seguidos de intensa mecanização pesada. O revolvimento constante através de grade sobre os solos tropicais produz um efeito desestruturador da textura natural destes solos, que associados à perda e não reposição da matéria orgânica o tornam propício a aparição do carrapicho como pioneira

- **O artesanato**

A partir da utilização do agroecossistema descrito acima, desenvolveu-se uma indústria Terena , que se expressa na cerâmica, nos trançados de palha de carandá e do algodão.

Embora já exista um incipiente mercado de cerâmica Terena (peças são encontradas inclusive no Aeroporto de Campo Grande ou em lojas de Bonito), este talvez seja um canal potencial de divulgação dos produtos Terena, desde que dada a devida atenção ao controle de qualidade, pois o público interessado nessas peças representa não só uma parte da população mais sensível às especificidades da cultura indígena mas também é mais exigente quanto à qualidade dos produtos que adquire.

- **O “mangal” (um agrossistema Terena ?)**

Dos já citados 958 hectares de áreas abertas (antropizadas), cerca de sessenta hectares são de mangais; apesar do nome, não se constituem só de manga, plantada pelo SPI, mas formam uma intrincada rede de relações, onde a manga é predominante. É ali onde está a criação de pequenos animais, e onde se encontram os carandás, para trançar as folhas, outras frutas, cajueiros, jaboticabeiras, jaqueiras, serigüelas, tamarindeiras.

Tudo isto deve ser encarado como um agrossistema produzido pelos Terena guardando a bagagem do que conheceram e introduziram no seu território. Geralmente é na sombra das mangueiras que os Terena passam o tempo de sol não dedicado à roça, produzindo, consertando, enfim, constituindo um espaço social, o “quintal” - onde se reúnem o grupo residencial baseado na parentela e grupos de vizinhança, em geral ligados por laços de solidariedade política.

- **Técnica e experimentação entre os Terena**

A respeito dos princípios que devem ser melhor estudados nos vegetais, além das plantas de caráter medicinal conhecida pelos Terena, inclui-se aqui uma árvore do cerrado denominada em língua indígena *Hiribipiquê*, cujas cascas são utilizadas na conservação de sementes: as sementes são guardadas junto com estas cascas que devem ter o efeito de afugentar possíveis comedores de sementes, ou ainda impedir que mofem...

2.4 Comercialização

A comercialização da diversificada produção Terena se dá por um conjunto variado de opções, conforme o produto. Trataremos de enumerar os mais perceptíveis através dos quais, provavelmente, a maior parte da produção Terena é comercializada.

O comércio local / regional é o mercado mais comum dos Terena, dada a proximidade; é porém, o que menor preço se consegue, pois os produtos não são reconhecidos como produtos diferenciados culturalmente. A produção de milho, feijão e mandioca em quantidade tem como fim principal este mercado que se constitui das Cidades de Miranda, Aquidauana e Corumbá. Na verdade os Terena se ressentem da falta dos trens para escoar para Corumbá, fazendo com que o mercado local de Miranda seja quase um opção única

A feira de produtos indígenas de Campo Grande Trata-se de uma primeira tentativa de conseguir novos mercados para os produtos Terena. Há grande consumo de produtos frescos, como o feijão colhido verde, abóboras e também o palmito de bacuri, oriundo do extrativismo. A feira é um mercado importante porque, além de gerar recursos, divulga produtos isentos de agrotóxicos, dando um valor maior à produção diferenciada dos Terena.

3. Conclusão

Há questões a esclarecer sobre a policultura Terena, pois se num primeiro momento aparenta uma indiferenciação em relação à sociedade envolvente, esta policultura se mostra cada vez mais intrincada de detalhes. Mesmo com

a introdução das roças de caráter comercial, não se percebe, exceto um único caso, uma plantação com muito mais que um hectare de monocultura.

Não há homogeneidade nas formas de cultivo, o que é muito positivo. Algumas práticas culturais parecem ser técnicas tradicionais do grupo, ocorrendo uma maior ou menor influência das técnicas introduzidas com a revolução verde na década de setenta, quando num período de cinco anos perderam-se quase todas as sementes nativas - um patrimônio genético inestimável - e muitas das práticas de armazenagem. É inegável ainda o domínio sobre a terra, as plantas do cerrado, da mata e das capoeiras.

Pode-se perceber, portanto, alguns elementos crônicos de toda a área de Cachoeirinha em relação ao uso do solo, convergindo para o mesmo diagnóstico: não tem sido possível evitar certa pressão sobre os recursos naturais, devido ao desgaste do solo no aspecto físico e de fertilidade (presença de biomassa).

O mau uso do trator, devido à gradeação pesada, tende a desestruturar o solo, produzindo compactação do mesmo. Neste caso, por ser uma desestruturação física do solo, de perda de porosidade, não se resolve com técnicas convencionais de adubação, tais como calagem etc.

Como a disponibilidade do território é restrita aos cerca de 2.700 hectares, a questão é voltar os olhos para as áreas degradadas: Como torná-las úteis novamente? Como recuperar então uma área que era cerrado? Aumentar, através da própria biologia, da própria vida, a quantidade de biomassa, até que esta se mantenha num nível sustentável. Como se aumenta a quantidade de matéria orgânica num local? Minhocas na terra, comendo folha morta, os animais produzindo esterco e as árvores para captar a energia do sol, produzir folhas e torná-las à terra...Na verdade o abandono da área de roça faz ressurgir uma vegetação mista que aos poucos se transforma num cerrado.

Devolver a elas um volume de biomassa, através da implantação de um agroecossistema misto (com plantio intercalado ou consorciado de plantas de ciclo curto e ciclo longo), justamente nas áreas identificadas com invasoras tais como o carrapicho e bordas de áreas florestais.

Isto pode significar uma aparente “perda de área de roça”, já que o produto final é bastante arborizado; por isto é importante que este se faça produtivo

para as necessidades dos índios: lenha, frutas etc. Enfim, que os campos, em vez de abandonados à regeneração natural possam ser “ajudados” neste movimento, nesta dinâmica.

Uma experiência agrícola na tentativa de refertilizar os solos exauridos promovida pelo CTI (o uso de leguminosas a serem incorporadas, conhecida como “adubação verde”), utiliza-se dos mesmos princípios, de produzir biomassa, favorecendo a usina solar que é a terra dos trópicos.

Entre as questões centrais no debate sobre alternativas está a discussão sobre capacitação técnica, tanto no caso do uso de adubação verde ou qualquer outra proposta relacionada ao aumento de biomassa, como no processamento e transformação até se alcançar um produto final. *Capacitação* aqui deve ser entendida não como um conjunto de regras, uma receita a ser seguida, mas a compreensão da dinâmica, dos processos num sentido ‘físico - químico’, o que auxiliará os Terena a tomarem iniciativa quanto ao problema emergente naquele momento. É através deste tipo de formação que se espera estimular uma prática de agricultores “experimentadores”.

O processo de perenização de culturas nos campos desgastados não implica em mudança da atitude cultural dos Terena; ao contrário, visa discutir práticas menos impactantes ao ecossistema e certamente mais afim das práticas tradicionais. E se tais práticas agroecológicas vierem acompanhadas de um processamento dos produtos agrícolas, de forma a torná-los valorizados nos mercados, certamente servirá para consolidá-las.

- **Apropriação de terra e ethos: atitude de cada membro desenhando a paisagem.**

Cercar terras significa usá-las? Assim como há a necessidade natural de lenha, ou de abrir novos espaços para roça, uma modalidade tem servido para a diminuição da área florestal, a de desmate, cercamento de terras como forma de apropriação, pensando num uso futuro. Embora incipiente, isto pode vir a se tornar um problema.

As culturas comerciais são uma imposição *purutuyé*. Às vezes alguns Terena se convencem da hipótese de enriquecimento com uma cultura como a do

algodão, sem perceber os riscos que corre, além de seqüelas como a possibilidade de envenenamento

Saber aproveitar a sucessão para desenvolver um ecossistema agrícola esse ecossistema evolui para um ecossistema florestal, e isto representa uma participação Terena em certos capoeirões de cerrado(vegetação secundária) : Mesmo durante a permanência do ecossistema agrícola, persiste uma policultura, construída no decorrer dos anos: a derrubada (ou através de destoca gradual e queima dos raizames ‘tocos’, ou direta) , o plantio da cultura anual, feijão ou milho; num segundo momento , a mandioca, cultura menos exigente em termos de solo, leiras com frutíferas começam a acompanhar, assim como as mudas de bacuri que brotam espontaneamente. Andando pelo cerrado, avistamos um mangal, denotando que ali existia ou uma tapera velha ou uma roça. Assim, a regeneração do cerrado acompanhou o crescimento de árvores cultivadas.

• **Pontos para possíveis projetos agroambientais (FNMA ou outras fontes de financiamento)**

1. aprofundar as experiências com adubação orgânica (produção de biomassa);
2. iniciar pesquisas sobre o guatambú e outras medicinais conhecidas pelos Terena;
3. implantar pequena unidade de beneficiamento da manga, inicialmente, para a produção de doces, polpas congeladas ou desidratação por energia solar para outras frutas (banana, abacaxi etc.);
4. recuperação das áreas degradadas identificadas por sistemas agroflorestais produtivos;
5. estudar a viabilidade da extração de óleo de palmeiras (bacuri e bocaiuva) para fins energéticos e industriais;
6. montagem de viveiros de espécies florestais e medicinais;
7. adensamento com frutas nativas: jenipapo, araticum, cajá, guavira, entre outras;
8. pesquisa visando a implantação de unidade de processamento de espécies vegetais para aplicação industrial (cosméticos, perfumaria);

Anexos

- Anexo 1

A seguir alguns relatos de visitas às roças que ilustram mais claramente o sistema de produção; este conjunto de relatos se faz importante porque a ocupação territorial de cada indivíduo guarda diferenças, variando dentro do sistema de produção.

O “fecho” no Saipuri

“Conseqüência da criação de gado do SPI Setores e roças inteiras são cercadas. É o “fecho”, conforme é chamado. O fecho não é necessariamente individual, tarefa de grupo e depois se subdivide o espaço interno. Sendo um empreendimento de peso em esforço e recursos, é planejado para durar, inclusive quanto ao manejo, que inclui a rotatividade e o ciclo de plantio/pousio para cada subdivisão do fecho, incluindo aí o mangal onde é feita a cabaninha de palha, o rancho. No fecho organizado por Kuli, Simão e Mariano(?) ... pude observar diversos estágios de sucessão naturais, mais a roça e uma infinidade de agrossistemas criados pelos três: descrevendo: a entrada, (a sessenta metros do vértice com o algodoal de Izidio Albuquerque, onde há um angico), logo na entrada, já há um mangal com o rancho de palha (um telhado duas “águas” de palmeira bacuri) e inclusive alguns pés em baixo, um com três cachos de coquinhos e, saindo da sombra, do outro lado, a roça de mandioca do Simão, sendo colhida, atrás, um campo em preparo para o plantio de feijão agora em março, se adiantando na colheita, um resto de colômbio até a cerca de divisa, por onde seguimos, numa capoeira e demos a volta, pois o carrascal era muito. Já do outro lado, onde, na vazante, há um angico caído na mata e um ninho de “oropa”(abelhas) Segundo informam estes campos de vazante tem diminuído, já que a floresta tem tomado conta, com o crescimento rápido das árvores... Bom continuando no terreno do Kuli, com as áreas dos três embaixo com vegetação campestre de pioneiras esperando para ser cortado para o plantio do feijão, o feijão mais tradicional, cuja semente é deles, careoquê, está logo acima numa faixa assimétrica, após uma leira, algumas bananas e acompanhando uma faixa bem preservada de capoeira florestal, imediatamente acima. Parece haver ligação entre a disposição do plantio e a mata

Na seqüência uma regeneração recente, com um residual calopogônio dos tempos de adubação verde, e o Kuli, se desculpa, que não tinha condições de abrir todo o terreno... respondi que não se importasse, pois é assim mesmo que se cuida de uma roça. O trecho efetivamente cultivado, como o bananal entremeado por abacaxis, até uns pés de café, mais bacuris e as guanxumas sendo capinadas ... ou a roça de feijão ... ainda encontramos o outro, queimando a galhada dos arbustinhos que cresceram junto à última plantação de milho, com as espigas remanescentes sendo atacadas pelo papagaio verde,

em franca reprodução. A queima devolverá para o solo parte dos nutrientes que a planta processou com a energia solar .

Uma roça maior

Hélio Albuquerque tem tempo de roça. Com seu andar lento, vai chegando quase todos os dias na roça aberta no fundão dos quarenta. Lento coisa nenhuma, só aparência, fui tentar acompanhar fiquei para trás em disposição; ainda vai carpir, limpar o milharal, já em fase de colheita (plantado no início das chuvas) nesse mesmo trecho de milho, comi melancia em novembro do ano passado. Nos seis hectares que mantém, nota-se bem esta prática de forrar o chão da cultura principal com plantas que se espalhem horizontalmente entre os pés : abóbora no mandiocal, batata - doce no meio do feijão e milho consorciado. Não é um só tipo de abóbora que ele planta, e ainda colhe em várias idades, fazendo pratos diferentes com a verde e com a madura. Apesar disto, a forma de organizar as plantações segue uma divisão retangular da área, só nas bordas apresentando mangueiras em crescimento e na entrada, onde havia um ponto onde os catetos se alimentavam de restos culturais, e Hélio e sua família “monitorava” a presença dos animais. Entre as plantas que se encontra próximo, no trecho em destoca, vimos o mil-homens, cipó (*Aristolochia sp.*) medicinal, a *Casearia silvestris*, com função medicinal para feridas de pele.

Chacrinha, 25 anos depois

“Os terrenos abandonados constituem a maior parte na Chacrinha, e já alcança um percentual bem alto, talvez metade do “Quarenta”. Neles, é perceptível o nível de desgaste nutricional do solo pelas pioneiras que o povoam : na chacrinha, algumas gramíneas exóticas se intercalam a várias plantas ruderais, como guanxumas (*Sida sp.*) . não se observou regeneração arbórea.

O trecho inicial , antes da cerca é um pasto tomado por guanxumas. Após a cerca, capim coloniã e algumas roças bem dispersas, com alguns campos recentemente abertos (solo exposto) . A roça mais interessante tinha uma entrada com abacateiros, mangueiras e limão cravo, cerca de meio hectare para culturas de ciclo curto (Laurindo) . Mais à frente, após um conjunto de mangueiras vem a roça de mandioca (xupu) de Gaudêncio. Existem poucos terrenos em uso na área aberta. Observamos ainda dois piquetes cercados e isolados, com vegetação de cerrado e de vazante no entorno.

Argola e o sul da área

Na Argola, alguns arriscando uma diversificação de cultivos, até de interesse comercial, é possível encontrar linhas com quiabo, entre os campos de cultura mais convencionais entre as frutíferas, o cajueiro desponta, mas ousam até plantar pequi, mesmo este não ocorrendo naturalmente na região, talvez devido ao microclima de planície.

Como a terra é cultivada mais intensamente, os desgastes do solo também têm como sintoma o aparecimento de plantas indesejáveis como o carrapicho; é nítida a diferença para um terreno novo, menos cultivado, onde prevalecem plantas como o caruru, a beldroega e a azedinha, conhecida pelos Terena como indicadora de solos férteis. Dentro do mosaico de ecossistemas (e solos) os solos mais férteis foram ocupados preferencialmente, e o cerrado apresenta tempo de pousio maior sendo comum os trechos de regeneração chegarem a formar um volume de indivíduos lenhosos, isto considerando que as roças da Argola, depois de ocupar as terras de mata, subiram para o cerrado já encontrando a área ainda não aberta da Agrosul. As poucas áreas remanescentes de vegetação natural deste setor ainda estão sob pressão, sejam as capoeiras outrora já cultivadas, sejam as pequenas matas, que por sua área restrita e impossibilidade de expansão não funcionam como fornecedoras de sementes, como possíveis disseminadoras.

Semelhante ao que acontece na Argola, o processo é válido para Babaçu e Capão, com roças mais extensas e matas reduzidas, as terras vagas ocupadas por colônias ou indesejáveis (carrapicho etc.). não há informação sobre o tempo de pousio nestas áreas, mas a reabertura de uma terra passa pela revirada do colônias, com cerca de três passagens de trator, deixando suas “cabeças” viradas para o alto, quando, após uma breve secagem são queimadas para incorporação ao solo. Raramente se encontram capoeiras com lenhosas nesta área, estas estão sempre mais para a periferia, junto aos limites da terra indígena, o máximo que se vê crescer são as crindiuvas (*Trema micrhanta*); isto deve indicar ser o ciclo de pousio pequeno na maior parte de todo o sul da área.

Tal situação, nestes setores do sul do território só vai se apresentar diferente no caso da Lagoinha, de ocupação mais recente, ainda não de todo aberta, margeada por mata de maior porte. Esta mata tem historicamente servido para esporádicas investidas em busca de lenha e madeira, mas apresenta ainda boa quantidade de árvores de porte, variada quanto às espécies.

Morrinho: Policultura ainda presente

Foi no norte do território, em Morrinho onde pude perceber um delicado sistema de cultivo, onde a roça, aparentemente de milho feijão ou mandioca, é na verdade uma policultura, pois vem entremeada por uma gama de outras espécies cultivadas, onde se destacam as cucurbitáceas (abóboras, maxixes, melancias, cabaças) para proteger o solo, dado seu hábito de se espalhar pelos espaços deixados entre os pés da cultura principal, e outras espontâneas, que são deixadas por apresentarem algum significado para o agricultor, seja como complemento alimentar (azedinha, “cará de árvore”, uma trepadeira), remédio (picão, caruru entre outras), ornamentais (beldroega, que também tem a função de indicar a qualidade do solo), fibras artesanais, como a nhapecanga. Alguns lotes já tem culturas de maior prazo, como a banana, o abacaxi... já outros utilizam as bananeiras apenas na divisão de lote; soube mais tarde que devido ao mal do Panamá, doença que enfraquece a parte aérea das bananeiras, sua vida útil cai para cerca de três anos, quando é necessário reformar o bananal.

Nem sempre a roça no Morrinho se apresenta linear: há lotes cuja distribuição espacial das culturas seguem faixas de formato irregular, cercado por outras culturas, em vez de seguir o convencional formato retangular. O fato permite aproveitamento do solo diferenciado, já que alguns Terena cuida de uma roça como de um quintal, respeitando cada indivíduo planta dentro do conjunto, e as vezes obedece a critérios ainda não esclarecidos.

Outro setor onde se verificou um interessante desenvolvimento de policultura foi no Saipuri sobretudo em algumas roças de associados: vários destes eventos encontrados no Morrinho também estão presentes nestas roças, onde já é possível definir razões para o feijão ser plantado em faixas descontínuas, pois este acompanha faixas de terreno com ligeira inclinação e solos mais férteis, originários de mata. Como sabemos, a mata se desenvolve em faixas ciliares às vazantes, de interface abrupta com o cerrado. Esta faixa mais baixa onde observamos a plantação fica desta forma protegida mesmo durante o cultivo.

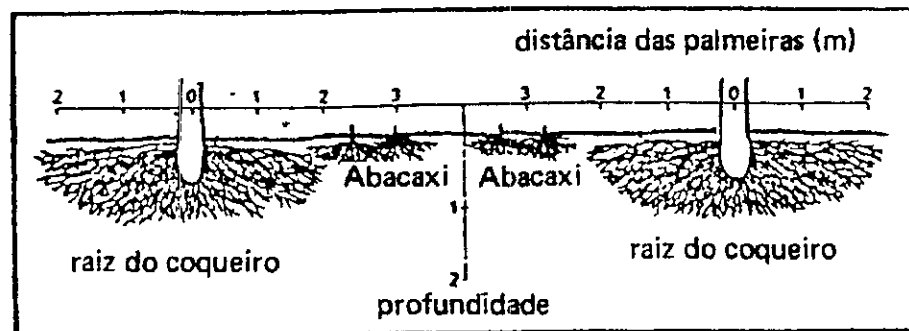
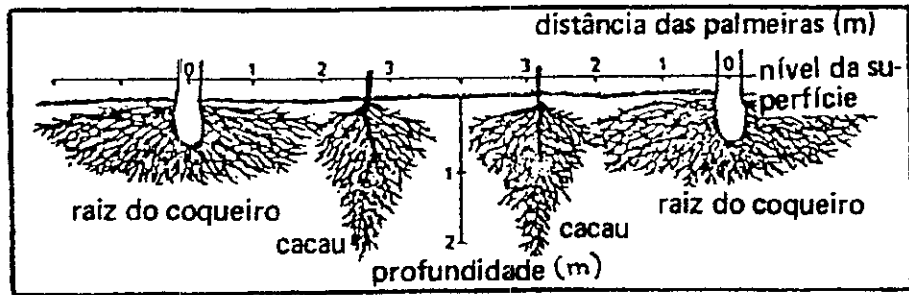
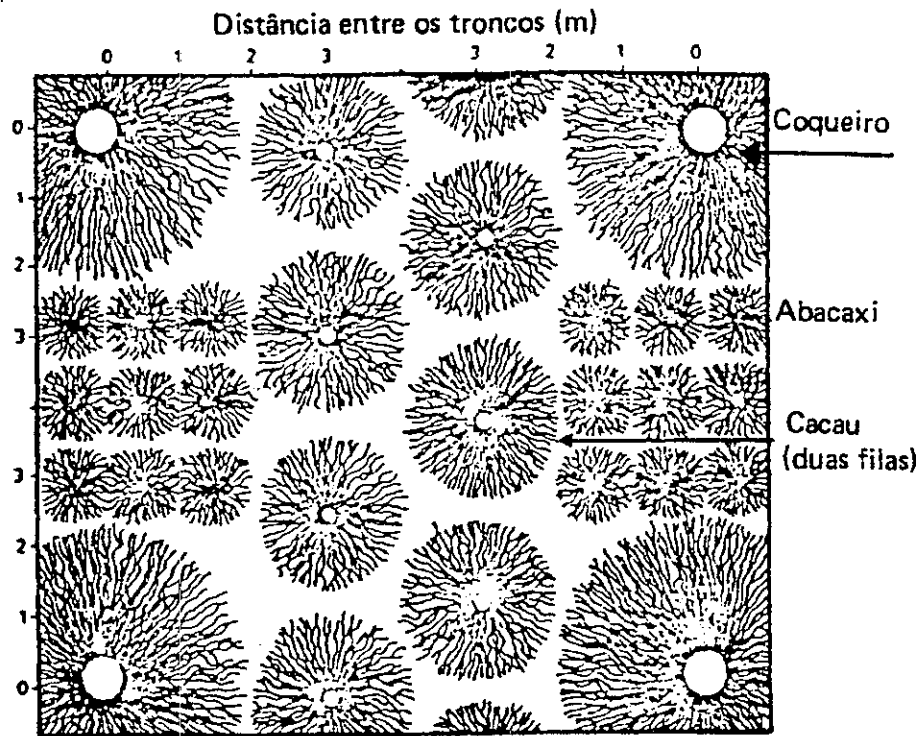
- Anexo 2

resumo quadro de áreas Cachoeirinha

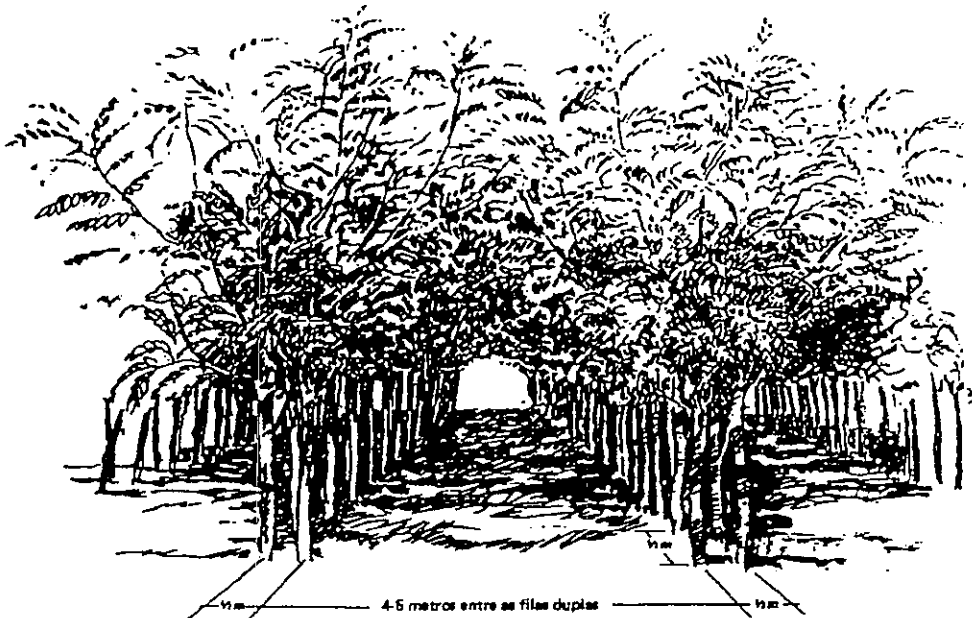
área antropizada	958,83
mata	404,01
cerrado	732,701
regeneração	363,05
vazante	161,12
subtotal	1660,881
total	2619,71

Produtos florestais importantes para os Terena

AMBIENTE		FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	POPULAR	UTILIDADES
mata /cerrado	palmeiras	Palmae	<i>Acrocomia sp.</i>	bacauba	fruto
mata (áreas úmidas)	palmeiras	Palmae	<i>Scheelea falerata</i>	bacuri	palmito e cobertura de casas e ranchos
mata	palmeiras	Palmae	<i>Orbignia</i>	babaçu	
mata	árvores	Leguminosae	<i>Anadenantera sp.</i>	angico	
mata	árvores	Leguminosae	<i>Enterolobium sp.</i>	ximbua	sabão
cerrado	árvores	Leguminosae	<i>Hymenea courbaril</i>	jatobá	madeira
mata	árvores	Meliaceae	<i>Cedrella fissilis</i>	cedro	madeira
mata	árvores	Anacardiaceae	<i>Spondias sp.</i>	cajá	
cerrado	árvores	Anacardiaceae	<i>Astronium sp.</i>	aroeira	madeira
cerrado	árvores	Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	caju	fruta
Áreas de quintais					
mata	árvores	Apocinaceae	<i>Sapidosperma sp.</i>	guatambu	madeira / raízes medicinais
mata em regeneração (áreas úmidas)	árvores	Rubiaceae	<i>Jenipa americana</i>	genipapo	fruto
mata	árvores	Leguminosae	<i>Inga edulis</i>	ingá	fruto
vazante		Anonaceae	<i>Annona coriacea</i>	araticum	fruta
cerrado	árvores	Sapotaceae	<i>Pouteria caribea</i>	abiu	
cerrado	árvores	Sapotaceae	<i>Achras sapota</i>	sapoti	
cerrado	arbustivas menores	Myrtaceae	<i>Campomanesia sp.</i>	guavira	fruto
cerrado	arbustivas menores	Rubiaceae	<i>Alibertia sp.</i>	marmeleiro	fruto
cerrado	arbustivas menores	Rhamnaceae	<i>Rhamnidium elaeocarpum</i>	bosta de cabrito	
cerrado vazante		Bromeliaceae	<i>Bromelia balansae</i>	caraguatã	
mata	epífitas	Cactaceae			fruto
quintal	árvores	Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i>	manga	fruto
quintal	árvores	Anacardiaceae	<i>Spondias sp.</i>	Seriguela	fruto
quintal	árvores	Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	caju	fruto
quintal	árvores	Moraceae	<i>Artocarpus sp.</i>	jaca	fruto
quintal/cerrado	árvores	Sapindaceae	<i>Talisia esculenta</i>	aguapomba	fruto
quintal	árvores	Myrtaceae	<i>Myrciaria trunciflora</i>	jaboticaba	fruto
quintal	árvores	Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i>	goiaba	fruto
cerrado	árvores	Myrtaceae	<i>Psidium araçá</i>	araçá	fruto
quintal	trepadeira	Passifloraceae	<i>Passiflora</i>	maracujá	fruto
mata	trepadeira	Passifloraceae	<i>Passiflora giberti</i>	maracujá	fruto
campo/mata	árvores	Dilleniaceae	<i>Curatella americana</i>	lixeria	lixa
mata	árvores	Bignoniaceae	<i>Tabebuia aurea</i>	paratudo	medicinal
mata	árvores	Bignoniaceae	<i>Tabebuia heptafila</i>	piuva	madeira
roça/perdida	arbusto	Malvaceae	<i>Gossypium babadense</i>	algodão	fibra do fruto
cerrado	trepadeira		<i>Aristolochia speranzae</i>	cipó mil homens	medicinal

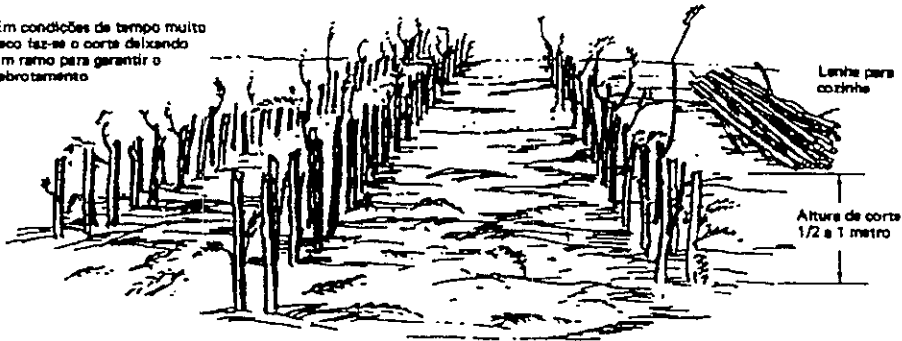


Apresentação esquemática da distribuição horizontal (em cima) e vertical (embaixo) das raízes de uma combinação de culturas com estratos diferentes — coco, cacau e abacaxi. (Nelliat *et al.*, 1974)



Ranques de filas duplas plantadas com *Glicídia* ou *Laurasire* formando sombra densa sobre as ruas (aléias) durante a estação seca (antressafra).

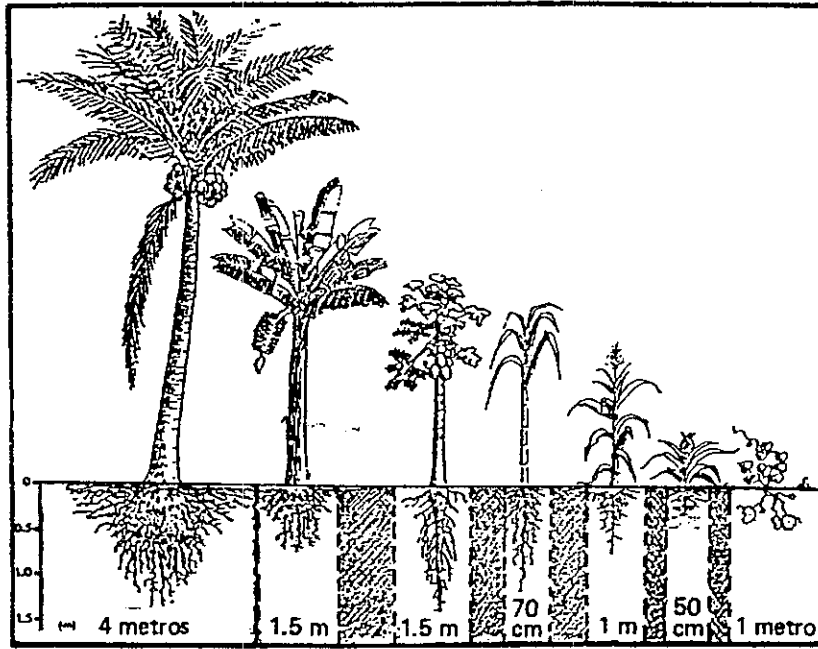
Em condições de tempo muito seco faz-se o corte deixando um ramo para garantir o rebrotamento



Fleiras de árvores podadas e camadas de mulche nas ruas (aléias).

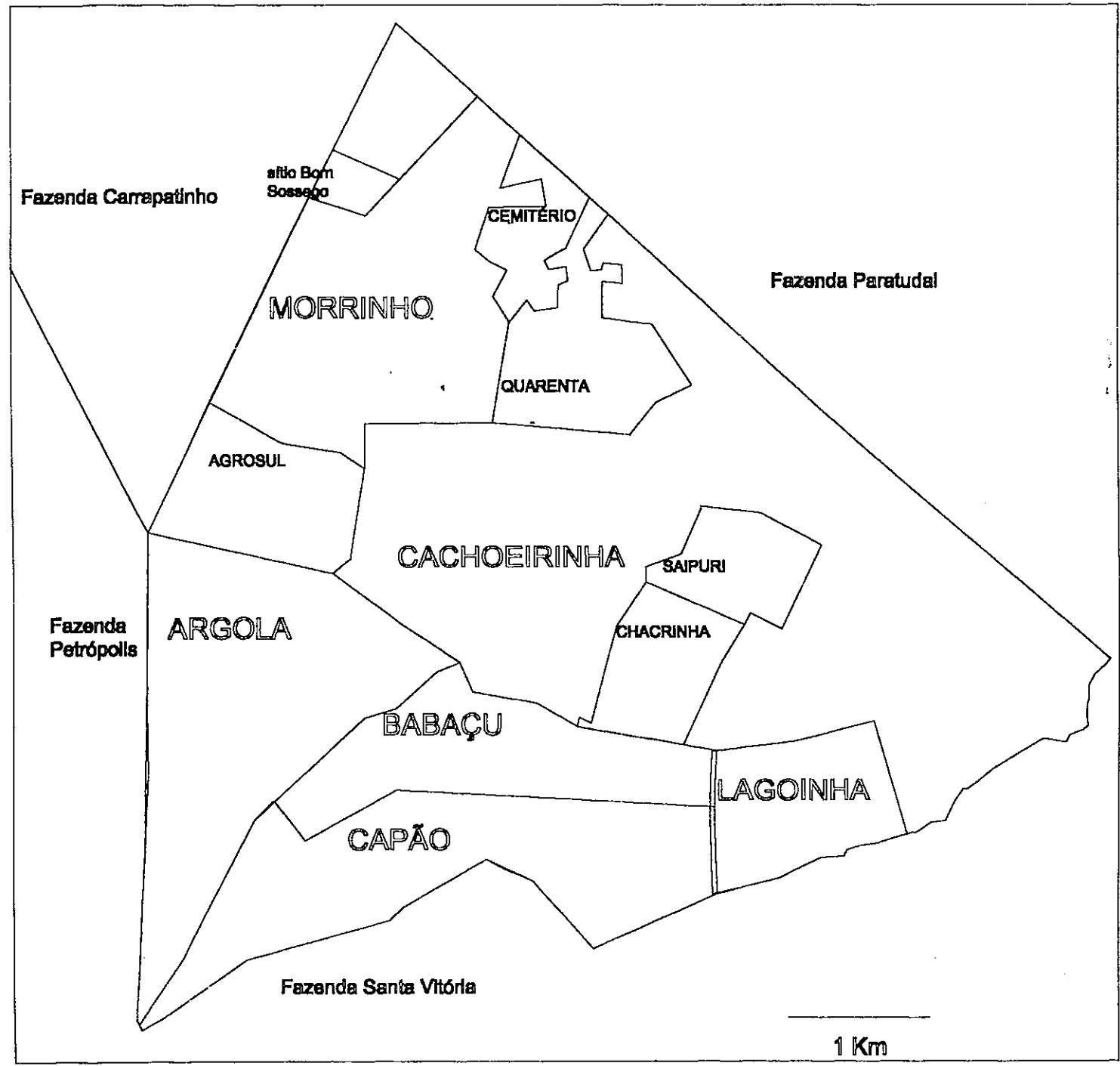


Culturas se desenvolvendo nas ruas em sombra rala dos ranques, as quais são podadas periodicamente durante a época de sebra para aumentar a camada de mulche e para fornecer luminosidade ideal para culturas.



A escolha certa das configurações radiculares e das copas das plantas garante um resultado ótimo em qualquer situação. Além disso a necessidade e/ou tolerância das culturas à luz ou sombra, assim como um manejo com adubação e irrigação adequadas têm mostrado que ótimos resultados podem ser alcançados.

Extraído de COPIJN, Alrick Agrossilvicultura sustentada por sistemas ecologicamente eficientes - Projeto Tecnologias Alternativas FASE 1988



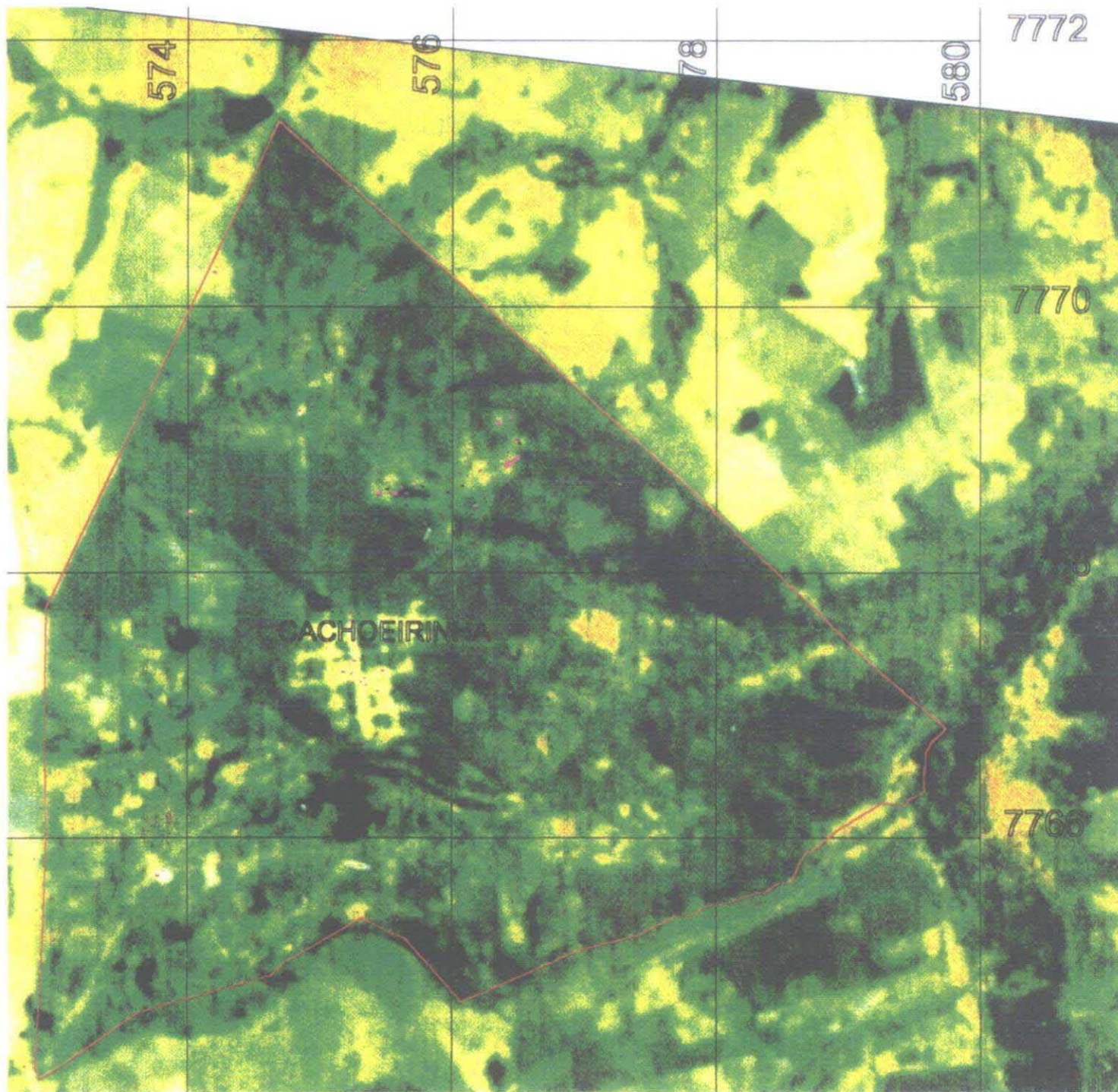
**TERRA
INDÍGENA
TERENA DE
CACHOEIRINHA**

LEGENDA
ALDEIA
roça , cemitério

quadro de áreas ha

Cachoeirinha	960
Argola	358.39
Babaçu	180.8
Capão	309.46
Lagoinha	127.77
Morrinho	335.03

1 Km



TERRA INDÍGENA TERENA DE CACHOEIRINHA

Escala 1:40 000

Projeção UTM

Datum horizontal Córrego
Alegre

Datum vertical Marégrafo
Imbituba

Cartografia base: SF21-X-A-II
DSG- Brasil

Origem da quilometragem
UTM: Equador e 57°W Gr.,
acrescidas as constantes
10000km e 500km
respectivamente.

Imagem LANDSAT TM 5

BGR bandas 3,4 e 5

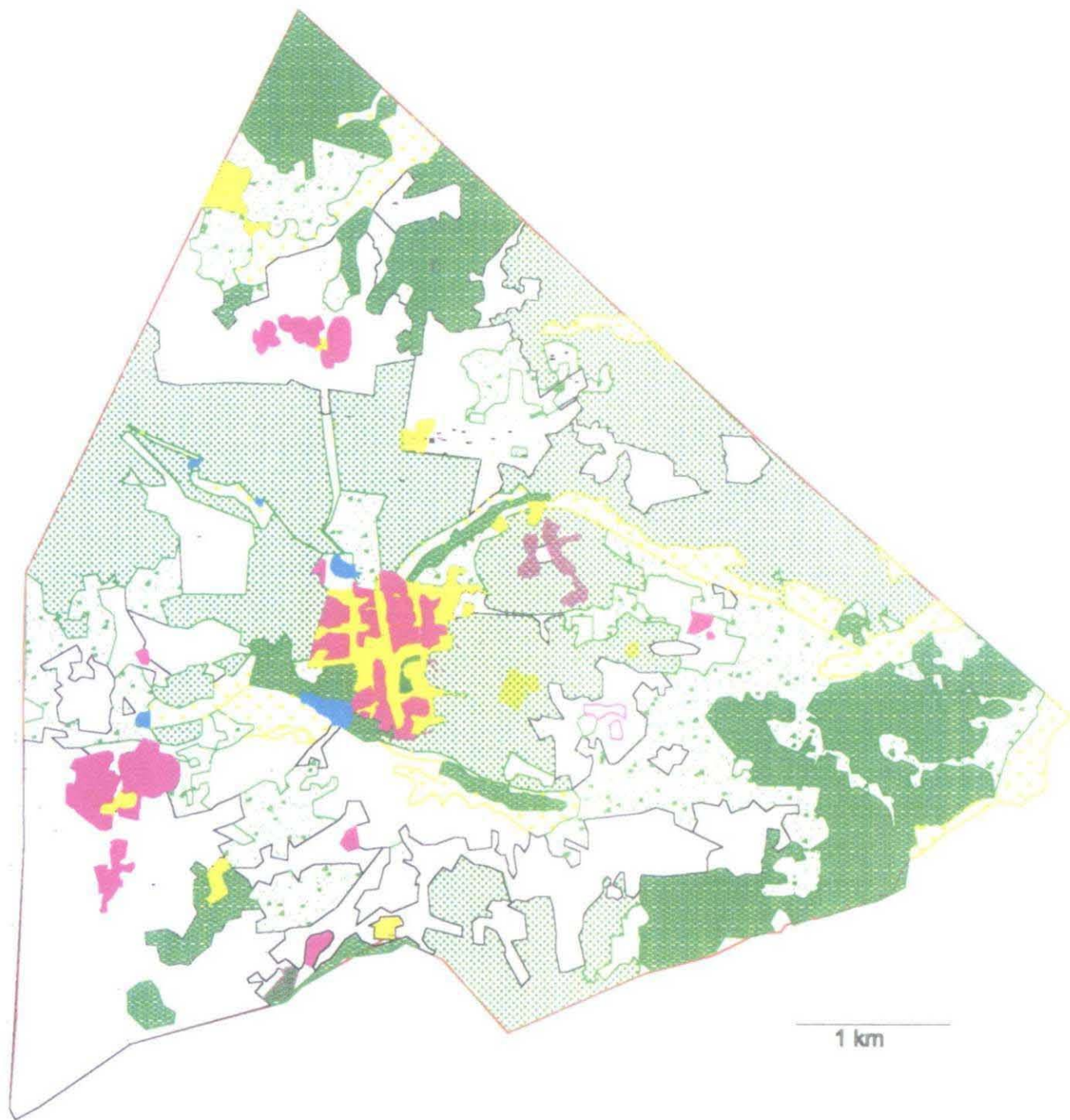
228/074BS

18 AGOSTO 1996

LEGENDA

ALDEIA

● Ponto de GPS (Caminhada)



TERRA INDÍGENA TERENA DE CACHOEIRINHA

Escala 1:40 000

LEGENDA

ALDEIA
roça , cemitério

■ açude

■ mata

■ cerrado

■ regeneração

■ vazante

■ manga

■ campos

□ Ocupação humana
áreas antropizadas